

**FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS

**O AJUSTE FISCAL ORTODOXO E SEUS REFLEXOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE ÉTICA DO MODELO E
SEUS RESULTADOS NO PERÍODO 1995-2005**

**Porto Alegre
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

O AJUSTE FISCAL ORTODOXO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO BRASIL: UMA ANÁLISE ÉTICA DO MODELO E SEUS
RESULTADOS NO PERÍODO 1995-2005

FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS

Orientador
Augusto Mussi Alvim

Porto Alegre, 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

O AJUSTE FISCAL ORTODOXO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO BRASIL: UMA ANÁLISE ÉTICA DO MODELO E SEUS
RESULTADOS NO PERÍODO 1995-2005

Dissertação apresentada a Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em
Economia, da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, sob a
orientação do professor Dr. Augusto
Mussi Alvim, como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre.

FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS

Orientador
Augusto Mussi Alvim

Porto Alegre, 2006

Tio Sam tornou-se Dr. Sam, aviando receitas para o resto mundo. “Corte este orçamento”. “Reduza aquela barreira comercial”. “Privatize aquela empresa pública”. Como muitos médicos, estávamos muito atarefados – e muito seguros de nós mesmos – para dar ouvidos a pacientes com idéias próprias.

A América Latina talvez tenha sido o aluno mais aplicado nessa disciplina. Perseguiu reformas com convicção e vigor e agora enfrenta as conseqüências: meia década de estagnação, e a percentagem da população que vive na pobreza, é maior hoje do que no início dos anos 90.

Joseph Stiglitz

Aos meus filhos Emilliano e Maximiliano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que, por intermédio dos meus Pais, Profs. Leda e Maximiano, me concedeu o dom da vida.

Aos Irmãos das Escolas Cristãs pela minha formação desde os bancos do ensino fundamental, especialmente nas pessoas dos Profs. Irmãos Selestino José Bortoluzzi, fsc. e Paulo Dullius, fsc., pela ajuda inestimável neste trabalho.

Da mesma forma registro meu agradecimento especial ao Prof. Mário Baiochi, meu estimado Coordenador no UNILASALLE, pela disposição e desprendimento, durante nossas muitas conversas sobre o tema e o incentivo reiterado.

Minha gratidão à minha colega e amiga Mestranda Tatiane Bordin, pelo auxílio na busca de dados e incentivo permanente.

Aos Profs. Rosinha Machado Carrion e Rafael Pereira Torino, pela importante e brilhante colaboração quando da elaboração do projeto.

Registro, além do agradecimento, a atuação do meu Prof. Orientador Augusto Mussi Alvim, pela orientação serena, construtiva e objetiva na elaboração deste trabalho. Aos Profs. Adelar Fochezatto e Adalmir Antônio Marquetti, pela orientação durante a banca de defesa do projeto, fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho. Ao Ir. Evilázio Borges Teixeira, meus agradecimentos, pela compilação inicial da bibliografia que deu início ao estudo.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo a análise do ajuste fiscal empreendido na economia brasileira no período 1995-2005, com fulcro no conceito de sustentabilidade da política fiscal, seus resultados e reflexos no desenvolvimento econômico do país. A análise procedida tem como base a incorporação de princípios éticos aos modelos adotados. Esses princípios estão desenvolvidos no corpo do estudo e, com base no modelo construído, analisar os resultados do programa implantado e seus resultados e conseqüências. À luz do referido modelo é verificada a sua sustentabilidade sob o aspecto econômico e social. Levando em conta às mudanças de cunho político ocorridas no período, verifica-se eventuais diferenças ou semelhanças no modelo adotado, causadas por mudanças na gestão da economia durante o interregno de tempo estudado.

Palavras-chaves: ajuste fiscal, ética em economia, estabilidade econômica, sustentabilidade de longo prazo.

ABSTRACT

The present study it has as objective the analysis of the undertaken fiscal adjustment in the Brazilian economy in period 1995-2005, with fulcrum in the concept of sustentabilidade of the tax policy, its results and consequences in the economic development of the country. The proceeded analysis has as base the incorporation of ethical principles to the adopted models. These principles are developed in the body of the study and, on the basis of the constructed model, to analyze the results of the implanted program and its results and consequences. To the light of the related model its sustentabilidade under the economic and social aspect is verified. Taking in account to the changes of occurred matrix politician in the period, one verifies differences or similarities in the model adopted, caused for changes in the management of the economy during of studied time

Key-word: fiscal adjustment, ethics in economy, economical stability, economical project, sustainability in the long run.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados fiscais do Brasil no período 1991 a 1998.....	77
Tabela 2 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB (%) - países emergentes	83
Tabela 3 – Investimento público da União (%PIB) Brasil período 1994 – 2005.....	94
Tabela 4 – Gasto público com educação (%PIB) Brasil no período 1995 – 2005...	98
Tabela 5 – Total de matrículas ensino fundamental no Brasil – período 1999 a 2005.....	99
Tabela 6 – Taxa de analfabetismo – países selecionados, ano 2005.....	99
Tabela 7 – Média de anos de escolaridade da população – países selecionados, ano 2005.....	100
Tabela 8 – Participação da mão-de-obra especializada na força de trabalho (técnicos e profissionais com curso superior) – países selecionados, ano 2005.....	100
Tabela 9 – Repetência no ensino fundamental – países selecionados, ano 2005.	104
Tabela 10 – Qualidade do ensino de Ciências e Matemática – países selecionados, ano 2005.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama de análise com a inclusão dos princípios éticos na apreciação dos fenômenos da economia.....	59
Figura 2 – Proporção da participação do FMI, Banco Mundial e bancos privados no financiamento dos déficits externos dos países pobres do mundo (em bilhões de Dólares Americanos) no período 1970 – 2000.....	64
Figura 3 – Multiplicador da dívida dos países em desenvolvimento – média do período 1980 a 2002.....	65
Figura 4 – Dívida líquida do setor público consolidado do Brasil no período 1995 a 2005 (%PIB).....	67
Figura 5 – Evolução da carga tributária do Brasil no período 1995 – 2005 (%PIB).....	68
Figura 6 – Balança comercial, balança de transações correntes e reservas internacionais líquidas ajustadas do Brasil no período 1990 - 2000.....	69
Figura 7 – Despesas com juros reais – setor público consolidado do Brasil no período 1991 – 1998 (%PIB).....	73
Figura 8 – Déficit operacional – setor público consolidado do Brasil no período 1991 – 1998 (%PIB).....	74
Figura 9 – Dívida líquida - setor público consolidado do Brasil no período 1990 – 1998 (%PIB).....	75
Figura 10 – Déficit primário – setor público consolidado do Brasil no período 1991 – 1998 (%PIB).....	76
Figura 11 – Dívida externa do setor público do Brasil no período 1995 – 2005 (%PIB).....	79
Figura 12 – Dívida interna do setor público do Brasil no período 1995 - 2005.....	80
Figura 13 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB(%) – países emergentes no período 1997 – 2005.....	83
Figura 14 – Serviço da dívida/PIB do Brasil (em %) no período 1995 – 2005.....	85

Figura 15 – Resultado primário do setor público (%PIB) do Brasil no período 1995 - 2005.....	86
Figura 16 – Superávit primário e dívida pública (%PIB) do Brasil no período 1995 – 2005.....	92
Figura 17 – Investimento público da União do Brasil no período 1994 – 2005 (%PIB).....	93
Figura 18 – Investimento da União por períodos de governo (%PIB) do Brasil dos anos 1990 a 2006.....	94
Figura 19 – Taxa de investimento Brasil – preços correntes (%PIB) no período 1995 – 2005.....	95
Figura 20 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade no Brasil – período 1995 – 2005.....	97
Figura 21 – Valor médio (em Dólares Americanos) por tonelada importada e exportada pelo Brasil no período 1995 – 2005.....	101
Figura 22 – Patentes outorgadas nos Estados Unidos: Brasil e Coréia no período 1980 – 2000.....	105
Figura 23 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB Brasil (%) no período 1995 – 2005.....	106

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ÉTICA.....	17
2.1 A FILOSOFIA E A ÉTICA.....	17
2.2 A ABORDAGEM DAS REGRAS DOMINANTES.....	24
2.3 EGOÍSMO ÉTICO.....	28
2.4 UTILITARISMO.....	31
2.5 A JUSTIÇA ENQUANTO PRINCÍPIO.....	34
3 ÉTICA E ECONOMIA.....	41
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO NO FINAL DO SÉCULO XX.....	41
3.2 ÉTICA ECONÔMICA.....	49
3.3 O MODELO DE ANÁLISE.....	56
4 ANÁLISE DO MODELO ECONÔMICO E SEUS RESULTADOS.....	61
4.1 O MODELO ECONÔMICO.....	61
4.1.1 Origens do Modelo Adotado.....	61
4.1.2 A Implementação do Modelo Econômico no Brasil.....	66
4.2 O AJUSTE FISCAL.....	71

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	80
4.3.1 Os Resultados do Modelo Implementado.....	80
4.3.2 Os Resultados do Ajuste Fiscal.....	89
4.3.3 Análise de Variáveis Seleccionadas.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	115

1 INTRODUÇÃO

O ajuste fiscal tem sido uma meta a ser alcançada pela economia brasileira desde a década de 1980. De forma implícita, esse objetivo tem sido perseguido, na década supra mencionada, desde a elaboração dos diversos Planos Econômicos que se iniciaram com o Plano Cruzado (1986) que, de forma recorrente, sempre contemplavam o diagnóstico de desajuste fiscal. Explicitamente, o objetivo de um ajuste fiscal para a economia brasileira passou a ser apresentado a partir da elaboração do Plano Collor, já ao final desta mesma década.

Com o advento da crise cambial ocorrida em 1998, este objetivo passou a ser uma obrigação *prima facie* no escopo do modelo econômico adotado, em função das *recomendações* originárias do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Decorridos mais de dez anos de implementação do modelo, necessário se torna uma apreciação da escolha deste objetivo, sua execução e resultados alcançados, assim como os reflexos no desenvolvimento econômico brasileiro. Este estudo é feito através de uma visão sistêmica da economia brasileira, com base na equidade de tratamento dos diversos setores, evitando-se o privilegiamento da visão *departamentalizada*.

Além dos instrumentos de aferição comuns ao estudo dos fatos econômicos (estatísticas, formulações matemáticas e métodos comparativos), este trabalho irá incorporar princípios éticos ao modelo de análise. Essa agregação de princípios éticos será posta, a partir da constatação de que existe um distanciamento da economia com a ética, disciplina da qual a ciência econômica se desprende ao

longo do seu desenvolvimento. Com isso, pretende-se assumir a economia como uma disciplina social *prima facie*.

Este distanciamento e sua excessiva ênfase no desenvolvimento de instrumentos sofisticados, assim como a submissão a modelos rígidos e a adoção indiscriminada do método científico, estão descaracterizando a economia enquanto disciplina social.

Dado este posicionamento, o estudo empreendido objetiva buscar a real situação da economia brasileira ao final de 2005, observada com a inclusão de princípios éticos, em detrimento à visão determinada pela hegemonia do capital financeiro.

Em face disso, no capítulo 2, se apresenta o exame da ética com relação aos seus fundamentos filosóficos e a abordagem das regras dominantes. Neste mesmo capítulo são analisados os princípios éticos que estão destacados para o *olhar* posterior dos fatos econômicos, suas origens filosóficas e razões para a incorporação no modelo construído para ser utilizado na análise.

No capítulo 3, é abordado o tema da ética na economia. Inicialmente está feito um *passageio* sobre a situação do pensamento econômico contemporâneo, de forma geral, com relação à realidade mundial onde está inserida a economia brasileira. Na conclusão do capítulo em tela, está apresentada a construção do modelo de análise incorporando os princípios éticos, colocados de forma exógena, a partir do estudo efetuado no capítulo anterior.

O capítulo 4 estuda o modelo econômico que está sendo utilizado, suas origens e filiação teórica. Isto posto, no item 4.1.2, está descrita a implementação do modelo no período destacado para este estudo. O item 4.2 se dedica ao estudo do ajuste fiscal efetivado neste período, sua implementação à luz do conceito de

sustentabilidade da política fiscal. Para que seja possível uma avaliação, este capítulo finaliza com uma análise dos resultados verificados ao longo do período e seus reflexos no desenvolvimento econômico brasileiro, com base no modelo construído, bem como sua apreciação, através da observação do desempenho de variáveis selecionadas e comparativos com economias congêneres do planeta.

2 ÉTICA

O presente capítulo é dedicado ao estudo da relação da ética com a filosofia, bem como dos princípios que devem nortear a elaboração do modelo a ser utilizado na análise.

2.1 A FILOSOFIA E A ÉTICA

A Ética é um ramo da Filosofia - é a Filosofia Moral, ou pensamento filosófico acerca da moralidade, dos problemas morais e dos juízos morais. Esta noção está contida no pensamento desenvolvido por Sócrates (360 a.C.) em suas obras *Crítion* e *Apologia* e nas muitas obras que as sucederam no correr dos tempos.

A filosofia moral surge quando o ser humano ultrapassa o estágio em que se deixa dirigir por normas tradicionais e, também, o estágio em que essas regras estão tão profundamente entranhadas nele a ponto de estar pensando por si próprio, em termos gerais e críticos, com uma espécie de autonomia na condição de agente moral. Neste ponto, podem-se distinguir três tipos de pensamento que, de uma forma ou de outra, se relacionam com a moralidade:

A) um tipo de investigação empírica e descritiva, histórica ou científica, nos moldes das efetuadas por antropólogos, historiadores, psicólogos, economistas e sociólogos. Nesses casos, o objetivo é descrever ou explicar fenômenos morais ou elaborar uma teoria acerca da natureza humana que diga respeito a questões éticas nas suas respectivas áreas;

B) determinado tipo de pensamento normativo, da espécie apresentada por

Sócrates em *Críton*, ao qual se dedica todo àquele que indaga o que é *certo, bom ou obrigatório*. Neste momento pode-se deparar com juízos normativos de afirmação, como: “[...] não devo tentar fugir da prisão, o conhecimento é um bem [...] ou é sempre mal lesar outrem [...]”, devendo-se fundamentar esses juízos em razões sólidas. Esta hipótese poderá, também, assumir a forma de um debate íntimo ou mesmo um debate com terceiros, acerca do que seja bom ou correto em determinado caso particular ou, até mesmo, como um princípio geral, resultando daí um juízo normativo como conclusão;

C) existe, ainda, o tipo de pensamento *analítico* ou *crítico*. É possível imaginar tenha sido esse o tipo de pensamento a que Sócrates foi conduzido, no caso da contestação, *in extremis*¹, das justificações de seus juízos normativos. Neste diálogo (como de resto em outros por ele desenvolvidos), Sócrates não visava responder a questões particulares ou gerais acerca do que seja *bom, certo ou obrigatório*. Por esse tipo de pensamento busca-se propor e responder a questões lógicas, epistemológicas ou semânticas, tais como: qual o significado das expressões *moralmente certo* ou *bom*? Como se pode formular ou justificar juízos morais? Será possível justificá-los? Qual a natureza da moralidade? Qual a distinção entre a moral e a não-moral? Qual o significado de *livre* e de *responsável*?

Muitos filósofos morais de períodos mais recentes limitam a Ética, ou Filosofia Moral, a este terceiro tipo de pensamento (C), excluindo dela todas as questões referentes à ciência empírica, bem como todas as questões normativas quando se referem ao que é *bom* ou *certo*.

¹ *In extremis*: do latim, no limite, em última instância, no último momento.

Esse estudo trata da questão da forma mais tradicional de enfrentamento da matéria. Entende-se que o pensamento de segundo tipo (B) se integra na ética normativa, embora apenas quando relacionada a problemas gerais acerca do que é *bom* ou *certo* e não quando em busca de soluções para problemas particulares, como ocorre, fundamentalmente, no *Críton* de Sócrates.

*Ipsa facto*², entende-se que a primeira preocupação da Ética é esboçar as linhas gerais de uma teoria normativa capaz de auxiliar na solução de problemas sobre o que é certo e sobre a forma de agir no enfrentamento dos problemas. Contudo, admitindo-se que algumas teorias psicológicas, econômicas e antropológicas têm reflexo sobre as soluções indicadas em problemas normativos, se entende que a Ética abrange igualmente o pensamento descritivo ou empírico.

*Prima facie*³ está colocado que a Ética, segundo Brandt (1959) é a parte da Filosofia que se preocupa com a *moralidade*, seus problemas e juízos, ou com os problemas e juízos *morais*. Ora, as expressões *moral* e *ético* são freqüentemente usadas como equivalente a *certo* ou *bom* e como oposta a *imoral* e *antiético*. Outrossim, englobaria ainda, problemas morais, juízos morais, códigos morais, argumentos morais, experiências morais, consciência moral ou ponto de vista moral. *Ético* é também empregado nesse sentido. Nesse caso, a interpretação de Brandt se afigura como elucidadora já que, para ele, *ética* e *moral* não equivalem a *moralmente certo* ou *moralmente bom*. Correspondem a *relativo à moralidade* e opõe-se a *não moral* e *não ético* e não a *imoral* e *antiético*.

² *Ipsa facto*: do latim, por este fato.

³ *Prima facie*: do latim, por primeiro.

Analogamente, o vocábulo *moralidade* é, por vezes, empregado como antônimo de *imoralidade*, como afirma Santo Tomás de Aquino (1265) para o qual a essência da moralidade é o amor.

Outras vezes, contudo, se utiliza a palavra *moralidade* para indicar algo que é paralelo, porém diverso da arte, da ciência, do direito, das convenções ou da religião, embora a elas possa estar relacionada.

É o que ocorre quando se pergunta: *Que é a moralidade? No quê difere do direito? Como se relaciona com a religião?* *Moralidade* corresponde ao que o Bispo Butler (1950) chamou de *instituição moral da vida*. É sob este entendimento, e neste sentido, que será utilizada a palavra *Ética*, e empregados os vocábulos *moral* e *ético*.

*Ex positis*⁴, a moralidade é, sob certo aspecto, *uma empresa social*, no dizer de Hospers (1961), e não apenas uma descoberta ou invenção do indivíduo para orientação própria. Como ocorre com a língua, o Estado, a Igreja, ela precede o indivíduo que a ela se acomoda e dela participa em maior ou menor escala e continua a existir depois de ele desaparecer.

Além do mais, a moralidade não é social apenas no sentido da constituição de um sistema que regula as relações de um indivíduo para com os outros.

Tal sistema poderia ser construção inteiramente individual, como, quase inevitavelmente, são frutos de elaboração própria alguns itens do código pessoal de ação frente a terceiros: *meu lema é sorrir primeiro*, por exemplo. Claro está que,

⁴ *Ex positis*: do latim, em face do exposto.

neste sentido, a moralidade é, em grande parte, social. É social também no que diz respeito a suas origens, sanções e função. É instrumento de que se vale a sociedade para orientação de grupos menores e dos indivíduos, aos quais faz exigências que, inicialmente, são exteriores a eles.

Mesmo que os indivíduos se tornem convictos dessas exigências, de forma freqüente, por via do processo que Garnet (1952) denomina de *incorporação*, ainda assim as exigências não são de ordem puramente pessoal nem se referem a um único indivíduo.

No caso do indivíduo vir a discordar da exigência, somente poderá fazê-lo de um ponto de vista moral, que de alguma forma lhe foi inculcado, da mesma forma como supôs Sócrates no diálogo antes referido.

Pode, ainda, ocorrer que a sociedade seja imaginada – e não poucos a imaginam assim – como dotada de uma dimensão sobrenatural e orientada por um *legislador* divino (óptica judaico-cristã). Mas, mesmo nesse caso, dever-se-á atribuir caráter social à moralidade.

Sob o prisma da instituição social, Ewing (1953) entende que a moralidade deve ser posta em contraste com a prudência. Pode ocorrer que prudência e moralidade ditem a mesma conduta ao pregar, apenas para exemplificação, a honestidade. Em outro contexto, pode-se admitir que a prudência seja uma virtude moral, mas não é característica, do ponto de vista moral, determinar aquilo que seja certo ou virtuoso, inteiramente em função do que o indivíduo deseja ou a ele interessa.

Em termos freudianos, tanto a moralidade quanto a prudência correspondem a tentativas de disciplinar o *id*. A diferença está em que, enquanto a prudência é uma simples função do princípio de realidade do ego, a moralidade é função de um

superego que não pensa apenas em termos de obter o que o *id* individual deseja, nem mesmo em termos de resguardar o maior domínio da satisfação sobre a frustração.

Vista como um sistema social de regulamentação, a moralidade aproxima-se, por um prisma, da lei e, por outro, da convenção ou da etiqueta. Esses sistemas são sociais num sentido em que a prudência não o é, e algumas expressões figuram de forma idêntica em todos eles, como, exemplificando, os termos *certo* e *deve*. A convenção, porém, não se ocupa de assuntos de relevância social tão grande quanto à dos assuntos que estão a interessar ao direito ou à moralidade. A tendência está voltada, em larga margem, às considerações que digam respeito às aparências, ao gosto e à conveniência. Assim, a moralidade se distingue da convenção por determinados traços que partilha com o direito, distinguindo-se do direito, por traços que partilha com a convenção.

Alguns autores são levados a sustentar que todas as motivações e sanções morais são de caráter exclusivamente íntimo, como o sentimento de benevolência ou o desejo de praticar o bem pelo bem. Muito se poderia dizer a propósito desse ponto de vista, embora ele apenas se refira, em termos gerais, à operação prática da moralidade considerada como um todo. Independente disso, essa posição realça o fato de que a força física e certas considerações de prudência não se incluem necessariamente na idéia de uma instituição moral da vida.

Sob a forma como foi assumida pelo Ocidente, a moralidade se reveste de um aspecto mais individualista e afirmativo. Seguindo a sugestão de Sócrates, a filosofia moderna tem acentuado que a moralidade pede e exige o emprego da razão e leva o indivíduo a ganhar a autonomia, solicitando-lhe que, uma vez atingindo a maturidade e em sendo normal, tome as próprias decisões, ainda que buscando

aconselhamento para tanto, e estimulando-o a explicitar os princípios e objetivos à luz dos quais se orientará. A moralidade é, portanto, uma instituição social. Uma instituição que induz seus membros à auto-orientação ou autodeterminação racional. Para Arnold (1865), a moralidade pede que “*nos autogovernemos sob a inspiração da Lei*” (apud Garnet in *The moral nature of man*).

A idéia geral na maior parte da Filosofia Moral e Psicologia Social contemporâneas é que a moralidade surge como um conjunto de objetivos culturalmente definidos e como um conjunto de regras a governar a consecução de tais objetivos, que permanecem mais ou menos exteriores ao indivíduo e que a ele se impõem ou nele se interiorizam como hábitos. Esses objetivos e regras podem *incorporar-se* ou *interiorizar-se*, e geralmente isso acontece pelo menos até certo ponto, ou seja, o indivíduo os admite como seus e por eles regula a própria conduta, desenvolvendo a *consciência* ou *superego*. Este processo de interiorização pode ser irracional, mas é característico da moralidade oferecer um mínimo de razão para acompanhar o que ela pretenda inculcar. Assim sendo, tende-se a fazer com que as instruções morais sejam acompanhadas de razões. Tão logo as crianças sejam capazes de algum descortínio já se lhes ensina que é acertado procurar razões. Daí o motivo pelo qual pareceu a Sócrates ser acertado, no período histórico no qual vivia, buscar definições e argumentos em assuntos de moral.

Dessa forma, em não abandonando o campo moral, se evolui de uma espécie irracional de orientação íntima para um estado mais racional, onde seja possível um tipo de vida meditada, onde se possa alcançar algum tipo de autonomia para que seja possível tornar os indivíduos, agentes morais por si próprios, podendo atingir um determinado ponto que lhe possibilite uma condição de crítica às regras e valores vigentes na sociedade, da mesma forma como Sócrates fez na *Apologia* e

no *Críton*.

Com essa transição, alguns indivíduos se tornam presas da ansiedade e tentam, de alguma forma, escapar da liberdade. Outros, apenas aparentemente, conseguem vencer a transição com o auxílio da psicanálise. Outros, por fim, não conhecem dificuldade maior que a exigida pela seriedade da reflexão, ao estilo da praticada por Sócrates.

Durante esse processo, em seus últimos estágios, verifica-se que a Filosofia Moral desempenha seu papel natural, conduzindo o indivíduo a estágios médios ou mais avançados da vida moral. O que se deve buscar é o desenvolvimento da reflexão imposta pelas circunstâncias com as quais se depara o indivíduo, sem deixar de tentar atingir aqueles que estejam afastados, distanciando-os de seu estado dogmático.

2.2 A ABORDAGEM DAS REGRAS DOMINANTES

A partir do momento em que uma sociedade passa a julgar insatisfatório o código de regras morais dominantes, tem início a Filosofia Moral. Eis por que, não é de estranhar que os filósofos morais tenham adotado sempre uma posição crítica ante a idéia de que o padrão sejam as regras da cultura em que se insere o indivíduo. *Contrario sensu*⁵, levantam uma série de objeções, algumas com maior força que outras.

Uma dessas objeções é a de que as regras em vigor numa sociedade nunca são muito precisas, admitem exceções e podem entrar em conflito umas com as

⁵ *Contrario Sensu*: do latim, ao contrário de.

outras. Existem regras, *ad argumentandum tantum*⁶, que reprimem a mentira e o homicídio, não ocorrendo, porém, uma definição muito clara desses termos. Na prática, as regras chegam a admitir ou relevar certos tipos de mentira (mentiras inocentes ou mentiras patrióticas) e certos tipos de homicídios (a pena capital, a guerra), mas tais exclusões não são contempladas à luz da ética, podendo, inclusive, ocorrer conflito entre essas regras. Utilizando um exemplo extraído do Livro I da *República* de Platão: o que se deve fazer quando se prometeu devolver as armas a um homem que vem buscá-las com o propósito claro de causar mal?

Em tais casos, chocam-se duas regras do mesmo regulamento, do qual, freqüentemente, está ausente uma regra maior que defina a hierarquia das demais, uma regra como aquela a que o próprio Sócrates recorreu na *Apologia*.

Outra objeção é que as regras dominantes são, geralmente, literais, negativas e conservadoras e não afirmativas, construtivas, criadoras ou adaptáveis a situações novas. A mais robusta das objeções talvez seja a de que as regras de uma sociedade, mesmo as chamadas regras morais, podem ser más, imorais, erradas, injustas ou desnecessariamente prejudiciais à vida humana e à sociedade. Estariam nesta categoria, por exemplo, as regras que vigoram ou já vigoraram amplamente, que autorizavam a escravidão ou que chancelam a concentração da riqueza. Uma derradeira dificuldade reside no fato de que, aparentemente, as regras morais variam de cultura para cultura.

Por uma ou outra razão, os filósofos entendem que o padrão do certo ou errado não pode defluir apenas do conjunto de regras morais dominantes. Sob este aspecto, a ciência econômica muito se vale das *regras gerais dominantes* para

⁶ *Ad argumentandum tantum*: do latim, apenas para argumentar.

buscar validação de normas econômicas, flagrantemente errôneas sob o aspecto ético, invocando valores impostos pela hegemonia do momento. Dessa forma, a Filosofia Moral apresenta várias alternativas teóricas que podem ser assim sintetizadas:

A) **teorias teleológicas**⁷: sustentam que o padrão ou critério básico ou último para decidir o moralmente certo, errado, obrigatório, etc., é o valor não-moral que venha a surgir. A decisão final deve ter em conta, direta ou indiretamente, a porção de bem surgida ou a proporção da prevalência do bem sobre o mal produzidos. Assim sendo, um ato será *bom* se, e somente se, ele ou a regra da qual ele deriva, produzir, provavelmente produzir ou tiver por objetivo produzir, *uma quantidade de bem pelo menos tão superior à quantidade de mal* quanto a que seria produzida por qualquer outra alternativa. Este princípio é explicitamente adotado pela ciência econômica na análise do custo de oportunidade sem, no entanto, cogitar de nenhum significado ou pressuposto ético. Um ato será *mau* se, e somente se, assim não se der. Um ato *deve ser praticado* se, e somente se, ele ou a regra ao qual se vincula produzir, provavelmente produzir ou tiver por objetivo produzir, *maior quantidade de bem em relação ao mal* do que qualquer possível alternativa. Importante se torna assinalar que, para um teleologista, a qualidade ou valor moral de ações, pessoas ou traços de caráter, depende do valor não-moral que fazem surgir ou que buscam fazer surgir. Caso a qualidade ou valor moral de algo dependesse do valor moral que ele pudesse fazer surgir, se estaria num círculo vicioso. É o caso da *profecia auto-realizável*, por vezes utilizada na análise

⁷ Teleologia: doutrina inerente ao Aristotelismo e a seus desdobramentos, fundamentada na idéia de que tanto os múltiplos seres existentes, quanto o universo como um todo, direcionam-se, em última instância, a uma finalidade que, por transcender a realidade material, é inalcançável de maneira plena ou permanente. Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

econômica ou no estabelecimento de normas econômicas (regime de *inflation target*). Em face disso, as teorias teleológicas entendem o certo, o obrigatório e o moralmente bom na dependência do não-moralmente bom. De forma semelhante e em certo sentido, indicam a teoria da obrigação e do valor moral na dependência da teoria do valor não-moral. Para saber se algo é certo, deve ser feito ou é moralmente bom, deve-se indagar, primeiro, qual é o bem no sentido não-moral, em seguida, se algo em questão promove ou se destina a promover o bem naquele sentido;

B) **teorias deontológicas**⁸: essas teorias negam o que é sustentado pelas teorias teleológicas. Negam que o certo, o obrigatório e o moralmente bom sejam, direta ou indiretamente, função exclusiva do que é não-moralmente bom ou do que promove a maior proporção de bem em relação ao mal, para uma pessoa, para uma sociedade ou para o universo como um todo. Sustentam que, pelo menos, há outras circunstâncias, além das conseqüências boas ou más, que podem tornar correta ou obrigatória uma ação ou uma regra. Ou determinados traços, próprios do ato e independente do *valor* que ele faça surgir. Assim, por exemplo, a circunstância de que o ato leva a manter uma promessa, é justo ou é ordenado pelo Estado ou por Deus.

Os teleologistas acreditam que há uma e somente uma característica básica ou última legitimadora, ou seja, o valor relativo (não-moral) do que surgirá, do que provavelmente virá a surgir ou se espera que surja.

Os deontologistas ou negam totalmente o caráter legitimador dessa característica ou insistem em que existem outras características legitimadoras básicas ou últimas. Para eles, o princípio de conseguir o máximo de bem

⁸ Deontologia: teoria moral criada pelo filósofo e juriconsulto inglês J. Bentham que, rejeitando a importância de qualquer apelo ao dever e à consciência, compreende na tendência humana de perseguir o prazer e fugir da dor o fundamento da ação eticamente correta. Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

relativamente ao mal, não importa em prol de quem, ou não é absolutamente um padrão ou critério moral ou, pelo menos, não é o único a revestir as características de básico ou último. As teorias deontológicas dividem-se, também, em duas espécies, na dependência do papel que atribuem às regras gerais: i) teorias ato-deontológicas que afirmam que são sempre particulares os juízos básicos de obrigação; ii) teorias normo-deontológicas que sustentam que o padrão do certo e do errado pode derivar de uma ou mais regras ou de regras muito precisas.

2.3 EGOÍSMO ÉTICO

Dentre as diversas teorias ético-normativas encontra-se o egoísmo ético que se reveste de relevância quando se pretende uma abordagem dos fundamentos da economia sob o aspecto ético. Considera-se o egoísmo ético como uma extremada reação à ética das regras tradicionais. Butler (1950) afirma ser a *ética do amor-próprio* e a teoria da psicanálise a chama de *ego*. Cabe, entretanto, ressaltar que um egoísta ético não é necessariamente um homem egoísta no sentido comum desses termos. O egoísmo ético é uma teoria ética, não um padrão de ação ou traço de caráter, e pode ser compatível com o indivíduo humilde e altruísta. Ainda quando um egoísta ético paute a vida pela teoria que adota, não estará compelido a praticar atos que habitualmente a sociedade considera egoísticos, egocentristas ou narcisistas. O fato de um egoísta ético praticar tais atos dependerá de julgá-los vantajosos a longo alcance e não precisará, necessariamente, pensar assim. Em verdade, poderá julgar que a modéstia e a consideração para com os outros são, como a honestidade, a melhor estratégia a seguir. Dito de outra forma poderá ocorrer que ele seja um *egoísta esclarecido*, como recorrentemente aparece na teoria dos jogos.

Ao considerar o indivíduo como um agente moral, o egoísta ético sustenta:

i) que a única e básica obrigação de um indivíduo é conseguir, para si mesmo, a maior proporção possível de bem em relação ao mal. Já não é tão claro em relação ao que o egoísta ético diz a propósito do indivíduo como *expectador*, conselheiro ou juiz moral. Ele pode afirmar: ii) que, mesmo na formulação de juízos morais em segunda e terceira pessoas, um indivíduo deve orientar-se pelo que redundará em sua *própria vantagem* (*Apud* Stace, in *The Concept of Morals*).

Os egoístas éticos podem defender qualquer espécie de teoria a propósito do que é bom e do que é mau ou a propósito daquilo em que consiste o bem individual. Este padrão ético é largamente utilizado nas formulações da ciência econômica, sobretudo quando a formulação tem como objetivo principal a garantia de privilégios e/ou resultados pré-estabelecidos seja para um indivíduo, um setor da sociedade ou mesmo um fator de produção. Com alguma frequência eles se revelaram hedonistas, como Epicuro, identificando o bem ou o bem-estar à felicidade e a felicidade ao prazer. Mas podem, igualmente, preferir identificar o bem ou o bem-estar ao conhecimento, ao poder, à auto-realização ou àquilo a que Platão (390 a.C.) conceituou como a vida feita de prazer, conhecimento ou outras coisas desejáveis. Estas características surgem com vigor e naturalidade na análise do *homo oeconomicus*.

Deve-se dar por entendido que o egoísta ético não está apenas adotando, como lema particular, o princípio de agir e julgar egoisticamente. É possível fazer isso e, ao mesmo tempo, silenciar a respeito ou mesmo pregar, para uso de outrem, o altruísmo, o que poderia ser muito vantajoso para quem dessa forma agisse. Por isso mesmo e considerando os objetivos, impõe-se que se entenda que o egoísmo ético sustenta que todos devem agir e julgar de acordo com um critério de vantagem

própria a longo alcance, em termos de bem e mal.

Assim entendido, o egoísmo ético se contradiz, pois não pode resultar em vantagem pessoal o fato de perseguir apenas seus interesses pessoais. Já Kant (1959) afirmava que ninguém pode desejar que a máxima egoística se transforme em Lei Universal. Entretanto, esse argumento não demonstra que o egoísmo ético se contradiz logicamente, que não haverá dificuldade em o vantajoso para um coincidir com o vantajoso para os demais. Assim sendo, pode-se desejar, com coerência, que a máxima egoística seja universalmente praticada. Por evidente, essa presunção é discutível, de vez que postula uma espécie de harmonia preestabelecida não sendo, assim, uma presunção verdadeira, a ética egoísta parece, efetivamente, colocar o indivíduo em um estado de conflito de vontade, tornando, desse modo, difícil sustentar a sua condição de teoria moral.

De qualquer forma, o egoísmo ético invoca a prudência como orientação básica da vida moral. Neste ponto tem-se a impressão que se defronta com um paradoxo. Na tradição judaico-cristã e no ocidente como regra geral, o amor-próprio, até mesmo o esclarecido, tem sido normalmente encarado como a essência da imoralidade quando transformado em base fundamental da ação e do juízo, tal como proposto pelo egoísta ético. Mesmo que se admita ser a prudência uma virtude e tendo o indivíduo a obrigação moral de levar em conta seu próprio bem-estar, pode-se duvidar que não existam outras virtudes ou obrigações morais. Segundo parece, a prudência e a vida de acordo com o princípio do amor-próprio esclarecido, pura e simplesmente, não se torna uma espécie de moralidade. Como Butler (1950) referiu, e Kant haveria subscrito, a prudência não é de modo algum [...] *a instituição moral da vida*, conquanto seja guia muito melhor que a paixão. Isso não equivale a dizer que a prudência seja imoral, muito embora possa sê-lo, mas a dizer que é *não-*

moral. Prosseguindo, como sugere Butler: *as considerações morais não são as mesmas presentes no caso do amor-próprio*. O ponto de vista da prudência não é moral. O ponto de vista moral é *desinteressado* e não *interessado*.

Em sendo assim, o egoísmo ético, mesmo quando implica a disposição de erigir a máxima egoística em lei universal (condição necessária, mas não suficiente, para constituir-se em princípio moral), deve ser entendido como proposta de substituir o que se diz *moralidade* por alguma outra coisa, por exemplo, pelo que Butler (1950) chama *frio amor-próprio*. Ora, é possível que se deva acolher esse princípio do frio e racional amor-próprio, como moralidade ou substitutivo da moralidade, mas do que está posto decorre que não é indicativo de fazê-lo, a menos que os argumentos sejam poderosos. E quais seriam os argumentos a serem apresentados?

Não favorece ao egoísta ético o fato de argumentar que, procurando cada um dos indivíduos aquilo que lhe assegure ou que provavelmente venha a assegurar o maior bem possível, resultará no maior bem geral possível. Com efeito, quem assim raciocinar incorrerá em *contradictio in adjecto*⁹, eis que será, basicamente, um universalista e não um egoísta.

2.4 UTILITARISMO

Como alternativa natural e *ad oponendum*¹⁰ ao egoísmo ético se antepõe a teoria teleológica denominada *utilitarismo*. As teorias deontológicas emprestam atenção especial às outras pessoas, mas relegam a segundo plano a promoção do bem. O egoísmo contempla, com a devida seriedade, a promoção do bem, porém,

⁹ *Contradictio in adjecto*: do latim, contradição, incoerência.

¹⁰ *Ad oponendum*: do latim, em oposição, como oposição.

não aborda as outras pessoas com a profundidade suficiente. No utilitarismo verifica-se a superação, ao mesmo tempo, dessas duas falhas. Destarte, nada pode ser mais aceitável do que o *certo* coincidir com a promoção do *bem geral*, já que não serão ações e regras, se regras devam existir, determinadas a partir da pergunta de quais regras ou ações produzem ou se pode esperar que produzam a maior porção possível de bem em relação ao mal.

O padrão último para a decisão do que seria certo, errado ou obrigatório seria o *princípio da utilidade* ou *da beneficência*. Este princípio incorpora que o fim moral a ser buscado em tudo o que se deva fazer seja *a maior porção possível de bem em relação ao mal*. Isto traz a implicação de que bem e mal podem ser sempre avaliados e colocados na devida proporção em um caso concreto.

Alguns autores, entre eles Bentham (1952), entendem que se deva buscar uma forma de quantificação matemática para esta avaliação e, para tanto, tenta elaborar uma tabela com vistas à avaliação de prazeres e dores, recorrendo a sete elementos: proximidade, intensidade, certeza, duração, fecundidade, extensão e pureza. Mill (1950), em parte como uma reação, procurou introduzir elementos qualitativos, *pari passu* com os quantitativos de Bentham (1952), na avaliação dos prazeres.

Deve-se distinguir, no utilitarismo, dois tipos: *ato-utilitarismo* e *normo-utilitarismo*. Os ato-utilitaristas sustentam que, no geral ou pelo menos quando praticável, se deve determinar quanto ao que seja certo ou obrigatório por apelo diretamente vinculado ao princípio de utilidade. Vale dizer, na tentativa de estabelecer qual das possíveis ações será produzida ou se espera que produza no universo a maior porção possível de bem em relação ao mal. O agente deve indagar: qual será o efeito de praticar este ato nesta situação, relativamente ao

equilíbrio geral do bem em relação ao mal. Ou, como se posicionou Brandt (1959): “*dizer a verdade provavelmente sempre concorre para o maior bem geral ou dizer a verdade comumente concorre para o maior bem geral*” (pág. 118), podem ser úteis como orientações, com apoio em experiências anteriores, mas a questão focal será sempre a de saber se dizer a verdade, neste caso, concorrerá ou não para o maior bem geral. Por certo não será acertado observar a regra de *dizer a verdade*, se houver outras razões para que se acredite que, diante de fato específico, não dizer a verdade concorra mais efetivamente para o maior bem geral.

O normo-utilitarismo apresenta um ponto de vista assaz diverso, que tem sido atribuído a Mill (1950), e que tem merecido destaque contemporaneamente. Assim como o normo-deontologismo, ele acentua a relevância das regras na moral e ressalta que, de maneira generalizada, se deva tomar uma atitude específica em função de uma regra, como a de dizer a verdade, sem indagar que outra eventual atitude terá as melhores conseqüências na situação concreta.

Diversamente ao deontologismo, o normo-utilitarismo acrescenta que se deva, sempre, pautar as ações por regras capazes de promover o maior bem geral para todos. Vale dizer, a questão não está em saber qual a *ação*, mas qual a *regra* que propicia a maior utilidade. Quando existe a proposição de fazer qualquer coisa, se deve indagar não *o que acontecerá, se for feito isso neste caso*, mas sim *o que aconteceria se todos fizessem isso em casos semelhantes*.

O princípio de utilidade é invocado não para determinar a atitude específica a ser adotada, mas para determinar as regras que devem ser adotadas. Estas regras devem ser escolhidas, mantidas, revistas e substituídas com esteio em sua utilidade e não com qualquer outro fundamento. Inversamente a este princípio, é costumeiro nas regras da ciência econômica, no que tange a *hard science*, que se

busque fundamento no *rigor matemático* ou em modelos econométricos, previamente estabelecidos e colocados de forma acabada, passando ao largo das questões éticas. Dessa forma, fica evidenciada a máxima romana do *actus limitatus limitatum effectum producit*¹¹. O princípio da utilidade coloca-se como padrão último, sendo que se deve apelar a ele no tocante às regras, em detrimento dos juízos particulares.

O ato-utilitarista pode concordar com a adoção de uma regra porém, se assim o fizer, dará a regra como *dizer a verdade* o formato de: dizer a verdade concorre, geralmente, para o maior bem de todos. O normo-utilitarista, diferentemente, deverá afirmar: dizer sempre a verdade concorre para o maior bem geral.

2.5 A JUSTIÇA ENQUANTO PRINCÍPIO

Impõe-se seja definido agora, para os efeitos deste estudo, o que seja justiça.

Embora seja pertinente uma passagem pela justiça social, ela não será tratada aqui como um todo, pois estar-se-ia penetrando nos campos da Filosofia Política e, especificamente, nos da Economia Política, o que não se coaduna com o objetivo principal deste trabalho.

Por outro lado, para efeitos de construção adiante de um modelo de interpretação dos fatos econômicos com fundamento na ética, o princípio da *justiça* se revela de sobeja importância. O modelo que se busca construir estará colocado no campo da teoria normativa da obrigação moral. Esta colocação resulta de que

¹¹ *Actus limitatus limitatum effectum producit*: do latim, o ato limitado produz efeito limitado.

todos os deveres derivam do princípio da benevolência. Embora nem todos derivem apenas dele, como, por exemplo, a utilidade ou beneficência.

A benevolência é condição necessária para todos os deveres *prima facie*, mas condição suficiente para apenas alguns deles. Destarte, alguns deles se relacionam com a maneira como será distribuído o bem ou o mal que surja ou se espera que surja sendo que, para determinar esses deveres, necessário se torna um princípio de *justiça*. Para tanto, há que se examinar quais são os critérios ou princípios de justiça. Dessa forma, a análise do princípio da justiça se aproximará mais da máxima de Justinianus (527): “*Justitia est perpetua et constans voluntas tribuendi cuique juius suum.*”¹²

Aborda-se, assim, a *justiça distributiva*. Justiça na distribuição do bem e do mal. Existe, também, a *justiça retributiva* que trata dos castigos, mas a esta não se irá recorrer, por estar mais próxima do direito e da norma jurídica. Muito embora as cláusulas penais nos contratos de natureza econômica sejam costumeiras e causem efeitos econômicos individuais e sociais. Vale dizer, distribuem parcelas de bem e de mal.

A justiça distributiva é uma questão de *tratamento comparativo* de indivíduos (Aristóteles - 335 a.C.). Existe o padrão da injustiça na posição em que, havendo dois indivíduos semelhantes ou em condições semelhantes, o tratamento dado a um é pior, ou melhor, do que o dado ao outro. Ocorrendo a hipótese, indaga-se contra o agente ou grupo responsável pelo ato, se existe diferença relevante entre os indivíduos em tela ou entre as circunstâncias na qual se encontram, para que se determine a validação da ação como justa ou injusta. Isto posto, se coloca a clássica fórmula da qual trata Rawls (1971): justiça equivale a tratamento igual dado a iguais

¹² *Justitia est perpetua et constans voluntas tribuendi cuique juius suum*: do latim, justiça é a intenção perpétua e constante de dar a cada um o que é seu.

e, injustiça, a tratamento desigual dado a iguais. Verifica-se, nessa formulação, a existência de uma condição necessária de justiça. Casos semelhantes devem ser tratados de forma semelhante, eis que entram em causa requisitos de justiça. Essa formulação, que originalmente é de autoria de Sidgwick (1974), não se revela suficiente, de vez que encerra o conceito de que se deve agir segundo regras que sejam tidas como justas. Embora verdadeira, a fórmula nada diz acerca de quais devam ser as regras e isso é o que importa saber, uma vez que já se verificou, anteriormente, que as regras podem ser injustas.

Emerge daí, a indagação de quais regras de distribuição ou de tratamento comparativo devem apoiar o agir, em função de não ser possível apoiá-las com base apenas no princípio da beneficência ou da benevolência. Dentre infindáveis critérios propostos para examinar a matéria, este estudo irá abordar os que seguem, em função das características da sociedade ocidental fundada na democracia grega, no direito romano e nos princípios judaico-cristãos:

i) a justiça procura considerar, nos indivíduos, *virtudes* ou *méritos*;

ii) a justiça patrocina a distribuição do bem e do mal igualmente entre os indivíduos;

iii) a justiça trata os indivíduos de acordo com suas necessidades, capacidades ou considerando tanto a uma quanto a outra.

O primeiro critério foi formulado por Aristóteles e tornou-se o hoje clássico *sentido meritório da justiça*. Visto sob este prisma o critério do mérito é a virtude sendo que, neste caso, com apoio na justiça, se deve distribuir o bem levando em conta a virtude. Sob esta óptica se tornaria possível a adoção de algum outro critério

de avaliação do mérito como, *ad exemplum*¹³, capacidade, cor, posição social, entre outros, sendo que a justiça consistiria em distribuir bem e mal de acordo com o que for estabelecido.

O critério igualitarista (ii) é encontrado na teoria democrática contemporânea sob as suas diversas formas de expressão conhecidas *ad nauseam*¹⁴.

Igualmente contemporâneo e podendo assumir várias formas, o terceiro critério encontra respaldo histórico na formulação marxista: *de cada um, de acordo com sua capacidade; a cada um, de acordo com suas necessidades*.

Alguns critérios de mérito elencados parecem não-morais e, até mesmo, injustos para o estabelecimento de regras de distribuição. Em face disso se prefere aceitar a virtude moral e a contribuição para o todo social como critérios possíveis de mérito. Tanto a virtude como a contribuição social carecem de determinação, não sendo possível tentar a determinação verificando apenas o quanto o indivíduo faz para favorecer a maior preponderância possível do bem sobre o mal, já que está visto que isso não é satisfatório para a distinção entre o bem e o mal, sob o aspecto moral. Portanto, qualquer análise econômica que tome por base o comportamento do *economic man* como parâmetro, irá conter um vício ético de origem.

Por via de conseqüência e levando em consideração que o princípio de justiça deve fazer parte desse padrão, deixa-se de usar o mérito ou a contribuição como critérios básicos de justiça evitando, assim, o caminho que conduziria a um círculo vicioso. Dessa forma, se recorre a um conceito *não-meritório* de justiça.

O princípio de benevolência exige que se trate aos indivíduos com base na consideração das suas capacidades e necessidades. Já o princípio da justiça exige

¹³ *Ad exemplum*: do latim, por exemplo.

¹⁴ *Ad nauseam*: do latim, sobejamente.

que os indivíduos sejam ajudados na proporção das suas necessidades e que deles seja exigido na proporção das suas capacidades. A justiça também se manifesta na exigência de que seja feita alguma ação em casos de necessidades especiais, como nos casos de indivíduos portadores de deficiências, pois somente assim poderão eles gozar a vida em termos comparáveis às pessoas normais.

De outra forma, o critério básico em justiça distributiva é a *igualdade de tratamento*. Decorre daí a justiça exigir que seja dada atenção especial aos portadores de deficiências.

Isso posto, adota-se o ponto de vista igualitário da justiça distributiva que considera o dar tratamento igual às pessoas como uma obrigação *a priori*. Isto não significa, no entendimento de Hospers (1961), ser injusto, *a priori*, tratar diferentemente pessoas da mesma cor ou tratar igualmente pessoas de alturas diferentes. Cor e altura não são similaridades ou dissimilaridades moralmente importantes. O que é relevante é a vida do indivíduo ser perfeita ou imperfeita. Tratar igualmente não tem o mesmo significado de tratar identicamente. O significado é tentar dar às vidas dos indivíduos, em termos relativos, a mesma contribuição ou, se exigido, os mesmos sacrifícios.

O tratamento igual não tem o mesmo significado, neste sentido, de tornar as vidas dos indivíduos igualmente perfeitas ou mesmo manter estas vidas em nível de perfeição. Embora as pessoas sejam igualmente capazes de alguma espécie de vida perfeita, as espécies de vida às quais estão aptas são diferentes, no que tange ao nível de perfeição. Não se aplica o afirmado por Dante: "*jus est proportio hominis ad hominem*."¹⁵

¹⁵ *Jus est proportio hominis ad hominem*: do latim, justiça é relação recíproca entre homens.

Serão iguais apenas no sentido de que devem, *a priori*, serem tratadas igualmente e se deve, também *a priori*, contribuir em termos proporcionalmente idênticos para a perfeição das suas vidas, de vez que determinado nível mínimo deva ser atingido por todos os indivíduos. Sustenta-se, entretanto, que a distribuição do bem e do mal, encargos, auxílios e atividades, deve, no sentido indicado, preceder ao tratamento dos indivíduos igualmente, à exceção de o tratamento desigual poder ser justificado por considerações de benevolência, utilidade ou com base no pressuposto de que, no longo prazo, maior igualdade será conseguida. O tratamento desigual importa, sem exceções, em justificação e, raramente as justificações são satisfatórias.

Dessa forma devem ser examinados os problemas de ordem social, tais como da educação, da oportunidade econômica, da ajuda às nações subdesenvolvidas, sem o esquecimento do princípio da liberdade a que todos têm direito.

Ex positis, resultam dois princípios básicos de obrigação *prima facie*: o da benevolência e o da justiça ou igualdade. Derivam do primeiro vários princípios menos básicos de obrigação *prima facie*: o princípio da utilidade, o princípio de não lesar outrem e assim por diante. Do segundo, resultam outros, tais como o de igualdade de tratamento e de igualdade perante a norma legal. Alguns outros princípios possivelmente derivem da combinação dos dois.

Nos demais casos o melhor processo decisório possível deve ser adotado com base nos fatos sob a égide dos princípios de benevolência e justiça.

Nunca é demais mencionar a vertente da *ética do amor como* um recurso a ser utilizado sempre em caso de dúvida *in extremis*, consubstanciado em Mateus, 22: 37-40.

E Jesus disse: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Deste mandamento dependem toda a lei e os profetas.

O entendimento judaico-cristão *traduz* Mateus para a Filosofia Moral como existindo apenas um só imperativo moral – amar – sendo que todos os outros dele derivam.

Com base nos princípios de benevolência e justiça acima referidos, tentar-se-á elaborar um modelo de análise ética acerca dos fenômenos econômicos contemporâneos, mais especificamente sobre a trajetória da economia brasileira no período compreendido entre os anos de 1995 e 2005. Em face disso, e levando em consideração a interdependência das economias nacionais com a economia global, necessário se torna verificar o pensamento econômico mundial ao final do século XX e seus efeitos sobre o comportamento da economia brasileira neste período.

3 ÉTICA E ECONOMIA

Esta secção aborda as relações da ética com a economia, com foco no momento contemporâneo em que se encontra o pensamento econômico. Isto posto, desenvolve a construção do modelo, com fundamento nos princípios estudados no capítulo precedente.

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO NO FINAL DO SÉCULO XX

Keynes (1936), por ocasião da publicação de sua obra *The General Theory of Employment, Interest and Money*, fez uma arguta observação sobre a ligação entre o trabalho, em grande parte obscuro e, com freqüência, altamente técnico, dos economistas e o mundo prático da formulação de normas econômicas e de política econômica:

[...] as idéias de economistas e filósofos políticos, tanto quando estão certos como quando estão errados, são muito mais poderosas do que geralmente se pensa. Na verdade, o mundo é governado por pouco mais do que isto. Homens práticos que se julgam totalmente a salvo de influências políticas, são em geral escravos de algum economista defunto. Loucos no poder, que ouvem vozes no ar, destilam o frenesi recebido de algum escriba acadêmico de alguns anos antes. Tenho certeza de que o poder dos interesses adquiridos é muito exagerado em comparação com o avanço gradual das idéias (p. 127). Tradução do autor.

Esta destacada assertiva de *Lord Keynes*, mesmo que se possa admitir como justificativa interesseira de um *convite aos loucos no poder* de seu tempo, para que prestassem atenção às suas idéias, não invalida a intuição de Keynes.

Mas já Marx (1884), meio século antes, proclamara, *in extremis*, a devida importância dos credos econômicos no contexto normal da vida política, social e econômica do dia-a-dia. Mas, diferentemente de Marx, que pregava um determinismo econômico inflexível, Keynes foi mais sensato e seu objetivo era tornar o modo de produção capitalista condizente com os novos tempos. Vale lembrar que, à sua época, vivia o capitalismo a sua pior crise com seus efeitos sendo disseminados, *urbi et orbi*, sob a forma de uma recessão sem precedentes.

Por outro lado e ameaçando a hegemonia do modo de produção capitalista, estava surgindo, no leste europeu, o chamado *socialismo real* que difundia a crença na eliminação do capitalismo, como antagonista, num embate ideológico que viria a se denominar de *guerra fria*. O que permaneceu como fonte balizadora da maioria dos economistas do chamado *mundo livre*, foi a interpretação Keynesiana.

A menção de Keynes sobre *loucos no poder*, escutando vozes de *escribas acadêmicos*, podem ser interpretadas como uma inegável influência dos economistas nas ações políticas, *tanto quando estão certos como quando estão errados*. Uma segunda interpretação sugere que os *loucos no poder* estão, simplesmente, à procura de uma teoria econômica conveniente, para justificar, posteriormente, suas ações políticas, voltadas aos seus *interesses adquiridos* ou privilegiar grupos hegemônicos que circunstancialmente lhes emprestem apoio.

Em que pese parecerem contraditórias, a análise histórica tem comprovado que líderes políticos ou determinados grupos e interesses, de fato, escutam, atentamente, o que os economistas têm a dizer em certas ocasiões e, em outras, simplesmente, se valem de eventuais trabalhos para justificar suas próprias ações. O que se verifica é que a história econômica dos últimos 50 anos tende a testemunhar a pertinência das observações de Keynes.

O cenário do pensamento econômico, ao final do século XX, se mostra particularmente propício a validar estes ensinamentos de Keynes. O pensamento hegemônico Keynesiano formalizou-se sob o patrocínio do governo de John Fitzgerald Kennedy, nos Estados Unidos da década de 1960 e, de certa forma, na consolidação do Estado do Bem-Estar Social nas sociais-democracias européias. Nos Estados Unidos, mesmo após o final prematuro, trágico e inconclusivo da *República de Camelot*¹⁶, os governos que se seguiram, Johnson e Nixon, mantiveram as idéias Keynesianas no topo do pensamento econômico da maior economia do planeta, sendo que este último proferiu, em seu ato de posse, a famosa frase: *agora todos nós somos keynesianos*.

Em que pesem os bons resultados, obtidos no período Kennedy / Johnson na década de 1960, os economistas norte-americanos estimularam a crença da sociedade de que a capacidade analítica e de formulação de política, da então dominante nova economia keynesiana, era competente para salvar a nação de todos e quaisquer dilemas econômicos que ela pudesse, por acaso, enfrentar.

O que se seguiu, porém, foi que o *Olimpo* não quis cancelar esse entendimento. A promessa de crescimento e estabilidade através da administração da macroeconomia agregada e intervenções apropriadas a fim de corrigir as várias falhas de mercado, ou microeconômicas, revelou ser excessivamente otimista, quando o longo período de alta dos negócios, do pós-guerra, cedeu lugar à inflação e estagnação crônicas da década de 1970.

Os impasses econômicos e suas conseqüências políticas que se verificaram na década de 1970 nos Estados Unidos e que se propagaram pelo mundo com regularidade, causaram um declínio no *consenso keynesiano* em matéria de teoria e

¹⁶ República de Camelot: apelido dado pela imprensa mundial, ao período em que John Kennedy permaneceu à testa do governo dos Estados Unidos.

política econômicas.

As crises encontram sua solução *vis a vis* com a aparição de um novo paradigma no interior de uma evolução histórica que perdeu sua linearidade. Para Kuhn (1973), “[...] o paradigma não define mais uma verdade em si, atemporal da ciência, mas simplesmente a atividade legítima no interior do domínio científico que ele rege” (p. 92).

Contudo, o aparecimento de enigmas não solucionados, de anomalias, provocam crises de repetição que se amplificam até o momento em que um paradigma rival se apresenta como alternativa, por sua capacidade de resolver os problemas colocados.

Em face disso e como regra geral, a queda de uma escola de pensamento dominante nunca ocorre *antes* do aparecimento e, geralmente, do amadurecimento de sua substituta. A história retrata que era, invariavelmente, o aparecimento de uma nova teoria que, finalmente, expulsava de cena a mais antiga. Não ocorreu isto, no entanto, com o colapso do consenso keynesiano/engenharia social na década de 1970, e essa exceção histórico-científica assume importância capital no dilema em que se encontra o raciocínio econômico do mundo contemporâneo.

Não havendo uma teoria substituta firmada, a teoria econômica carecia de um ponto focal e de direção. A formulação da política econômica perdeu qualquer sentido de objetivo no longo prazo, justamente no momento em que a busca de novas idéias ou de aprimoramento das antigas devia ter sido intentada.

Sob este prisma, Feyerabend (1975) vai ainda mais longe no relativismo, graças a sua consideração segundo a qual *tudo é bom*. Ele ataca o fato de que as ciências sociais seriam organizadas segundo regras fixas, universais. Feyerabend considera que esta crença é negativa ao olhar da maneira pela qual acontecem as

descobertas científicas. Essas últimas, muito freqüentemente, são resultantes de transgressões com relação às tradições, de instituições engenhosas exteriores aos caminhos percorridos.

Nesse *vácuo* que se formou e sem as preocupações dos pensadores antes mencionados, apresentaram-se os que, até então, eram considerados *extremistas lunáticos*: os economistas marxistas e da *nova esquerda*, que mal podiam conter o júbilo com a *débauche* do liberalismo americano e, com um pouco mais de *decoro*, mas não menos alegria, os defensores da velha fé econômica clássica, que haviam sido, gradualmente, destronados pelos keynesianos liberais, nas duas últimas décadas. A porta foi aberta, porém, tão somente para os defensores do mercado livre.

Milton Friedman (1968), que exercia liderança entre os teóricos do conservadorismo econômico, saltou rapidamente dos bastidores para o centro dos debates econômicos e, não muito depois, para o galardão de um prêmio Nobel. Sua reinterpretação da teoria monetária, entretanto, haveria de se revelar falha, de vez que não contemplou a reflexividade na expansão e contração do crédito.

A teoria do mercado re-inseriu seu paradigma, então adormecido no período anterior e, incorporando a nova roupagem das *expectativas*, introduzidas pelos novos clássicos, apresentou-se como a alternativa ao modelo então vigente.

Com a intenção de criar um novo consenso que se aproximasse daquele que os keynesianos haviam desfrutado, a nova economia clássica teria que ir além da mera teorização sobre a infalibilidade dos mercados livres. Deveria traduzir a ideologia em programa prático mas, nesse particular, não obteve sucesso. Apesar de experimentos econômicos atualizados, tais como desregulamentação, monetarismo e economia de oferta, o movimento prático do dia-a-dia da formulação

da política governamental e, ainda mais importante, a sociedade de forma geral, nunca mudaram muito para a condição de governo mínimo, de orientação intervencionista mínima, tão essencial ao raciocínio econômico do mercado livre.

Para se contrapor aos avanços em programas de engenharia social, voltava à cena a *cobiça*, que sempre foi, naturalmente, a força propulsora dos sistemas econômicos baseados no mercado. Com isto ressurgiu o denominado *homem econômico*, assim descrito no “Webster New International Dictionary”: “*Economic man. Econ. A hypothetical man supposed to be free from altruistic sentiments and motives interfering with a purely selfish pursuit of wealth and its enjoyment*”¹⁷ (2. ed., 1986).

O *homo oeconomicus* foi fortemente operacional na ciência econômica para a elucidação das leis de mercado e, a partir dessa posição de força, estendeu-se aos outros domínios do comportamento humano. Foi assim que o utilitarismo, em sua forma reducionista, visto pela óptica da ética, foi adotado de maneira mais ou menos explícita pela economia de mercado.

Este *homem* é a verdadeira *fons et origo* do agente econômico que opera nas economias baseadas no princípio do livre mercado. Com o *mercado*, segundo Caillé (1993), “[...] a causa última da ação é enfim encontrada: o interesse” (p.191).

O paradigma do interesse tem o mérito de dar todos os sinais de cientificidade, de formalização matemática e de causalidade da física mecânica.

Ele carrega também uma visão da historicidade humana enquanto luta contra a escassez e emergência progressiva das regras do mercado. Certamente, esse modelo, que inspirou o individualismo metodológico e a teoria da escolha racional, conheceu algumas adaptações recentes. Em geral abandonou-se a

¹⁷ Homem econômico. Econ. Hipoteticamente o homem econômico é movido por sentimentos e motivos altruísticos que interferem no seu modo de agir. Tradução do autor.

representação rústica do cálculo do interesse bem definido, para substituir os sujeitos calculistas por sujeitos mais socializados e contextualizados, que reagem diferentemente por arranjos sucessivos e precários. O axiomático do interesse é assim tornado mais complexo.

Existe uma outra filiação do utilitarismo, a do utilitarismo analítico anglo-saxão que é uma versão normativa, ética, deste: “[...] esse utilitarismo se ordena em torno de um critério simples segundo o qual o que é justo é o que contribui para maximizar o bem-estar do maior número” (CAILLÉ, 1993, p. 231).

Essa filosofia se inscreve numa perspectiva que parece alternativa à do lucro, uma vez que parece postular, no limite, que é desejável que se sacrifique seu próprio bem-estar em favor de uma melhora para um maior número de indivíduos. O utilitarismo mobiliza então duas teorias que parecem antiéticas, uma repousando sobre o egoísmo calculado e a outra sobre o altruísmo. O que preconiza Caillé (1989), é que se religuem esses dois pólos *que se dissociaram até se tornarem* contraditórios, por meio de postulados com fundamento na ética.

O que prevalece, porém, é que, com fundamento na cobiça, o homem econômico clássico maximiza os ganhos e a utilidade e a *mão invisível*, convenientemente atribuída a Smith (1980), induz comportamentos egoístas com vistas a produzirem o *bem público*. Destarte, deve-se ressaltar o real propósito de Smith no que diz respeito à sua apreciação sobre o *auto-interesse*, *contrario sensu* ao que a ele atribuem seus admiradores de ocasião. Segundo Sen (1988), a defesa deste comportamento dito *auto-interessado*, somente materializa-se em *contextos específicos* quando o autor se referia à existência de barreiras burocráticas e demais restrições que, ao seu tempo, interferiam negativamente no desempenho do comércio e dificultavam as atividades econômicas.

Ainda sob o olhar de Sen, ele exemplifica com o equívoco interpretativo das posições smithianas quanto ao problema da fome. Ao exercitar esta análise ele demonstra que Smith exime a culpabilidade dos comerciantes no problema da fome em massa, destacando que a verdadeira causa estava localizada na *real escassez*. Ao extinguir a culpabilidade dos comerciantes ele não descartava a ajuda pública aos pobres colocando-se, inclusive, em favor da Lei dos Pobres, embora com algumas restrições à sua formatação, diferentemente da posição contrária de Malthus (1815).

Dessa forma, o *ressurgimento clássico* iniciou a formação de toda uma nova geração com base na *cobiça*, que se apresenta com a polida expressão *interesse próprio, comportamento auto-interessado* ou, como os sociólogos dos anos de 1980 cognominavam: *geração eu*.

Dentro do estamento econômico vigente, estas expressões - *cobiça, interesse próprio, comportamento auto-interessado e eu primeiro* - possuem significado idêntico e filiam-se ao padrão do egoísmo ético antes referido.

O final do século XX apresentava o pensamento econômico, consubstanciado no fundamentalismo de um mercado já capturado pelo capital financeiro estéril, operando a partir da *cobiça* em detrimento da *engenharia social* ou do *coletivo*.

Vale dizer, na aparência, inexistente preocupação com a quantidade de bem ou mal que se produza ou que se venha a produzir.

Esta posição ficou muito simplificada ante a tendência amplamente dominante de se erigir o interesse próprio como um princípio moral. Assim sendo, não existe mais a necessidade de professar princípios morais senão o auto-interesse. Os resultados positivos individuais são admirados acima de qualquer

outra consideração. O certo está subordinado ao eficaz e, sendo assim, essa subordinação tornou mais fácil a busca do sucesso sem qualquer preocupação com o certo.

Em face disso, existe uma necessária abordagem do citado comportamento sob o ponto de vista da ética aplicada à economia, enquanto esta tenha por finalidade o estudo da forma como o homem e a sociedade produzem a riqueza e a ela dão uma finalidade.

3.2 ÉTICA ECONÔMICA

Em que pese a economia ter surgido como um ramo da ética, ao longo do tempo ela trilhou um caminho histórico de distanciamento da *ciência mãe* (ética), notadamente em seu período mais recente. Segundo Sen (1988), este comportamento deriva das duas origens da economia que são, de um lado a abordagem *ética* e, de outro, a abordagem *engenheira*.

A abordagem do lado da ética tem sua origem em Aristóteles (1949) na *Ética a Nicômano* (p. 163), quando assim se expressa: “[...] a vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa.”

A referida abordagem ética, ainda sob olhar de Sen, encerra duas *questões cruciais* no que concerne ao estudo da economia, qual sejam o problema da *motivação humana* e a da *realização social*, com a qual Aristóteles relacionou-a, tendo por finalidade a busca do *bem para o homem* enquanto ser social.

Em consonância com o pensamento do autor, a abordagem *engenheira* relega os aspectos éticos e se concentra em estudar a economia a partir de análises técnicas, quantitativas e de logística. Sua passagem pelas motivações dos seres

humanos é apreendida de forma simples, com tipologia de indivíduos racionais e centrados na maximização do auto-interesse.

Este posicionamento reducionista da análise comportamental do indivíduo operado pela abordagem *engenheira* da economia, retira uma variedade de considerações éticas que são parte integrante do comportamento individual no mundo real.

Para se sujeitar a princípios morais, o interesse comum deve ser anteposto ao do próprio interesse individual. O fundamentalismo de mercado busca abolir o processo decisório coletivo e impor a supremacia dos valores de mercado sobre os demais valores advindos da política, do social e da ética, que resultam em desequilíbrios sistêmicos.

Para atingir tal desiderato, se impõe a aclamação da disciplina do mercado, especificamente a disciplina do mercado financeiro hegemônico. Ora, o mercado financeiro tem como característica a instabilidade intrínseca e, em assim sendo, a imposição da *sua* disciplina resulta em imposição de instabilidade para a sociedade.

A instabilidade é dada pela própria orientação voltada ao mercado com base no comportamento individual autocentrado. Ignoram-se os princípios éticos fundamentais em nome do comportamento individual maximizador que resulta num clima social de exacerbação do individualismo. Os indivíduos, com base no comportamento autocentrado, se tornam socialmente desorientados, necessitando de normas e disciplinas rigorosas para que se obtenha alguma estabilidade. O atual *pacto* sócio-político-econômico busca a solução na denominada *disciplina do mercado* que coloca o setor financeiro estéril como único beneficiário da equação

econômica *erga omnes*¹⁸.

Mesmo a solução apresentada pelos teóricos da hegemonia vigente com a criação das *agências reguladoras*¹⁹, se revela inócua sob o aspecto dos princípios éticos analisados neste estudo. Originariamente criadas como mecanismos regulatórios de Estado e não de governo, as agências, tendo em vista a cooptação do Estado via comprometimento dos governos com o capital financeiro estéril, estão a serviço dos interesses dos concessionários de serviços públicos, em detrimento dos interesses das gentes. Verifica-se, dessa forma, que as agências reguladoras estão colocando em prática a equação econômica vigente, que visa o interesse de poucos em detrimento de muitos. A quantidade de bem e mal, portanto, está em desconformidade com o princípio ético da justiça distributiva e com os fundamentos do princípio da benevolência antes referidos.

Dessa forma, verificou-se um distanciamento entre a economia e a ética, que resultou em empobrecimento da ciência econômica que, dada a hegemonia que a abordagem *engenheira* hoje ostenta, faz recrudescer este hiato.

São inegáveis as grandes contribuições que a abordagem *engenheira* prestou à ciência econômica, no estudo de seus mais variados aspectos, principalmente na análise do mercado e seu comportamento. Ocorre, porém, que esta abordagem, hoje consubstanciada no modelo *hard science*, colocou as ferramentas acima da teoria econômica e, ao assim se posicionar, relegou os aspectos éticos para um segundo plano, se é que a eles reconhece como relevantes.

A teoria derivada da ferramenta oferece a facilidade de o autor, além de

¹⁸ *Erga omnes*: do latim, contra todos.

¹⁹ Agências Reguladoras: instituições de Estado com finalidade de regular um ou mais setores da atividade econômica.

invocar a cientificidade, sempre poder encontrar razões *ad hoc*, caso a mesma não se materialize. Com a criação de pressupostos reducionistas, basta supor que as condições *ceteris paribus* não se sustentam, que algum dado que supôs constante no período investigado não apresentava de fato tal característica, que estará explicado eventual falha em resultados anteriormente previstos ou pretendidos.

Saliente-se, por oportuno, que a própria investigação científica não se configura como um processo inteiramente lógico, estando a mesma, inclusive, socialmente determinada. Resulta daí que a própria dinâmica do conhecimento científico não pode ser apreendida, no caso de fatores psicológicos, antropológicos e sociológicos estarem ausentes durante o esforço interpretativo em curso, tendo em vista que todo o conhecimento orienta-se e comanda-se por interesses variados.

A crença professada *inter volentes*²⁰ com a abordagem *hard science*, na qual os fenômenos econômicos estão sujeitos a leis naturais indiscutíveis, comparáveis às leis da física, não procedem. A própria abordagem matemática deve ser relativizada como informa Teixeira (2005) “[...] a matemática se reduz às suas propriedades mensuráveis, ou seja, quantitativas” (pág. 11).

Em se tratando de uma disciplina social, ao contrário dos eventos da física, a economia envolve participantes pensantes. Dessa forma está intrínseco que indivíduos pensantes são capazes de mudar as regras dos sistemas econômicos e sociais em virtude das suas próprias idéias sobre essas normas ou regras.

Decorre daí a evidente insustentabilidade da reivindicação da teoria econômica em termos de validade universal.

A propósito, Arida (1978) assim se pronunciava sobre a matéria:

[...] nenhuma controvérsia importante na Teoria Econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. Não importa aqui o rigor do

²⁰ *Inter volentes*, do latim, entre os que concordam.

teste, o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas [...] (p. 165).

Ao contrário, a abordagem ética, com seu enfoque substantivo, pode emprestar à ciência econômica o revestimento de uma disciplina *social* que afinal ela sempre procurou ostentar, conforme a colocação de Sen (2000), antes referida, acerca da *motivação humana e da realização social*.

Em que pese o fundamentalismo do mercado tenda a transformar os indivíduos em competidores obstinados, as pessoas humanas não nasceram assim. Ao virem ao mundo, os indivíduos absorvem valores morais durante o seu processo de crescimento. Em face disso, a problemática dos valores sociais permanece pertinente e uma sociedade puramente transacional nunca existiu.

O que está ocorrendo é que os valores do mercado estão impregnando setores da sociedade que antes existiam sob a égide de princípios não relacionados ao mercado. Antes deste último ressurgimento da economia baseada puramente no mercado, existiam determinadas crenças e normas éticas compartilhadas que, embora nem sempre praticadas, eram universalmente aceitas como desejáveis. Esses valores conjugavam a fé na razão e respeito à tradição ética judaico-cristã, que ofereciam padrões mais confiáveis acerca do que era certo ou errado. Neste caso estão as relações pessoais, as profissões, entre outras.

O fundamentalismo do mercado está a corroer estas relações de forma gradual, porém persistente. Os mecanismos de mercado alteram as relações transformando o que antes eram relações duradouras com base em princípios, por operações individuais com base em interesses autocentrados. A antiga loja que era operada pelo proprietário que interagira com o cliente e a ele se familiarizava, cedeu seu lugar aos *shoppings*, totalmente impessoais, onde se realizam transações individuais entre o *homo oeconomicus* maximizador do auto-interesse e uma

entidade jurídico-econômica qualquer que procura a maximização dos seus lucros.

Esta diferenciação entre transações e relacionamentos está bem caracterizada na *Teoria dos Jogos* com o *dilema dos prisioneiros*. Conforme Rapoport (1969), os ditos prisioneiros deparam-se entre duas escolhas: uma transação individual ou a cooperação entre eles. No caso de um ofertar provas contra o outro, resultará em diminuição da pena pessoal (transação movida pelo auto-interesse), aumentando a probabilidade de condenação do outro. Em conjunto, os dois se dariam melhor caso praticassem a lealdade entre si (relacionamento). Em separado, cada um pode lucrar a custa do outro. Optando por uma transação individual, talvez fosse melhor trair, mas, num relacionamento interpessoal, será melhor a lealdade. Verifica-se, dessa forma, como a cooperação (interesse coletivo) pode ser prejudicada pela substituição dos relacionamentos pelas transações.

A arquitetura que está posta busca a eliminação de todo e qualquer princípio que não seja o dogma do fundamentalismo do mercado. Mesmo que se neutralize o aspecto da ética, até mesmo as relações religiosas são afastadas pelo mercado que com ela não consegue conviver, comprovando a assertiva de Marx, numa interpretação *lato sensu*, de que o capitalismo tende a destruir qualquer outro sistema que tente com ele conviver.

Na sociedade ocidental, com profundas raízes cristãs, o fundamentalismo de mercado criou um mundo que não reserva lugar a Deus. Ocorre, porém, que Deus é o fundamento das religiões cristãs. Mesmo com todo o poderio contemporâneo do mercado, *ele* não pode tudo. Em face disso, e não podendo erradicar a prática das religiões na sociedade, que traz consigo princípios éticos que são, pelo menos, desejáveis, que contestam o fundamentalismo do mercado, o mesmo tergiversa no que diz respeito a Deus.

Neste movimento de tergiversação da figura de Deus, o mercado não conseguiu fugir das atribuições elaboradas a respeito da Trindade Cristã, qual seja: Deus Pai, Deus Filho e o Deus Espírito Santo. No atual estágio do modo de produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, o *Deus Pai* é representado pelo capital financeiro, O *Deus Filho* é o consumo, o *Espírito Santo* é a *mão invisível, o mercado*.

Como alternativa impregnada de valores éticos tais como os desenvolvidos no capítulo precedente, pretende-se buscar a preponderância do interesse comum nas decisões econômicas. Para tanto, necessário se torna proceder a distinção entre o processo decisório individual, tal como é dado pelo comportamento do mercado, e o processo decisório coletivo, que se expressa pelo comportamento social com base em princípios éticos. Os dois tipos de processo decisório têm origem no auto-interesse, porém, no processo decisório coletivo existe a necessidade de colocar o interesse comum acima do interesse individual. Vale dizer, se deve cogitar dos princípios éticos da benevolência e da justiça distributiva. A economia, enquanto disciplina social, *non in singuli personas, sed generaliter constituuntur*²¹.

O *olhar* que se pretende ter sido fundamentado no capítulo precedente, procura incorporar valores éticos à economia, com fulcro nos princípios da *benevolência* (utilidade) e o da *justiça* (igualdade).

Sob esta óptica, será analisado o ajuste fiscal operacionalizado na economia brasileira no período indicado no título, assim como os resultados obtidos pelo programa implementado. Da mesma forma será analisada a escolha do modelo econômico que resultou do receituário proposto exogenamente.

Para tanto, o item seguinte tratará do constructo de análise, com fundamento

²¹ *Non in singuli personas, sed generaliter constituuntur*, do latim, não cogita da pessoa individualmente, mas da comunidade.

nos princípios éticos já estudados, que serão utilizados para a elaboração da análise com foco no interesse coletivo.

3.3 O MODELO DE ANÁLISE

Conforme verificado no capítulo 2, os princípios que norteiam os padrões éticos a serem incorporados à análise são o da benevolência e o da justiça distributiva.

Com base nestes princípios e com foco no interesse coletivo, a análise a ser procedida no próximo capítulo procura identificar, tanto no modelo econômico adotado como no estudo das variáveis que serão selecionadas, a quantidade de bem e de mal resultantes das decisões de política econômica implementadas no período 1995-2005 pelos *policymakers* responsáveis.

Para que se chegue ao modelo adotado, importante se torna tentar descrever como seria o modelo atualmente existente para a condução da economia, tendo como base a constatação de Sen, antes referida, que contempla a hipótese da ausência ou do afastamento da teoria econômica dos princípios da ética.

As formulações econômicas são derivadas do conhecimento obtido através da aplicação do método científico. Segundo a teoria do método científico, tal como demonstrada por Karl Popper (1974), ela apresenta três componentes e três operações.

Os componentes são: i – as condições iniciais específicas; ii – as condições finais específicas e iii – as generalizações de caráter hipotético. As considerações iniciais (i) e finais (ii) são passíveis de verificação através da observação direta. As hipóteses, no entanto, não são verificáveis e sujeitam-se, apenas e tão somente, às

condições de falsificação. A previsão, a explicação e a verificação se constituem nas três condições científicas básicas. Neste contexto, as generalizações hipotéticas podem combinar-se com as condições iniciais, resultando em determinada previsão específica. A hipótese adotada traz consigo a presunção de que possua validade atemporal, o que resulta na possibilidade de verificação.

A verificação envolve a análise comparativa das condições iniciais e finais específicas, dando margem à apuração sobre se as mesmas coadunam-se com a hipótese. Os experimentos, sejam quantos forem, não comprovarão a hipótese, porém esta, desde que não sofra falsificação, pode ser aceita como válida. Verifica-se, portanto, uma assimetria entre a verificação e a falsificação, que ficaram como a contribuição de Popper para a filosofia das ciências.

Com isso, ficam eliminadas as instabilidades dos argumentos com base na indução. Não existe a necessidade da insistência em afirmar determinado fenômeno que acontece de forma recorrente, basta que seja aceito como hipótese aprioristicamente, até que seja comprovada a sua falsidade. O modo de conhecimento descrito por Popper reverte-se de elegância e permite que não seja transformado em problema lógico insuperável. Desta forma, uma hipótese não comprovável proporciona uma determinada previsão e uma explicação.

As hipóteses formuladas necessitam, porém, serem revestidas de validade atemporal para que seja possível a verificação, já que, em não sendo possível a sua reprodução, a verificação não poderá ser conclusiva. Ocorre, porém, que os princípios éticos dão origem a processos históricos irreversíveis, resultando daí, a sua impossibilidade a generalizações de validade atemporal.

Por evidente, não se está invalidando o modelo do método científico por Popper adotado. O modelo continua válido, apenas não é aplicável à totalidade dos

fenômenos sociais. No entanto, a verificação resulta em uma divisão clara entre as ciências naturais e sociais, pois os princípios éticos somente estão presentes quando estão envolvidos participantes pensantes.

Na economia, a aplicação dos métodos das ciências naturais podem, em casos especiais e específicos, produzir resultados consistentes. Os teóricos da economia clássica a eles recorreram e, em situações especiais, obtiveram resultados compensadores. A generalização na utilização do método científico, por outro lado, não pode ser aplicada, tendo em vista que a busca da verdade nas ciências sociais exige o reconhecimento de que determinados aspectos do comportamento humano não podem ser regidos por leis de validade atemporal.

É possível que o estudo dos problemas sociais possa ser motivado por outros objetivos em que não está envolvida a busca da verdade, já que se deve admitir que os fenômenos sociais estão sujeitos à influência de teorias desenvolvidas para explicá-los.

Além do mais, existe um novo comportamento no desenvolvimento das ciências, como refere Teixeira (2005):

A ciência contemporânea não se satisfaz mais somente em compreender o mundo, mas busca transformar o mundo. Isto implica uma mudança no que se refere ao sentido da realidade. O objeto não é mais aquilo que subsiste em si, mas aquilo que é possível em relação aos projetos da ciência (p. 18).

Em face do exposto, as ciências sociais, entre elas a economia, devem buscar resguardo no que diz respeito aos abusos do método científico, pela simples razão de que as mesmas afetam ou podem afetar o indivíduo a que se referem.

Para tanto, pretende-se que se incorporem à análise econômica os princípios éticos já definidos anteriormente, representados no modelo definido

conforme o diagrama que segue:

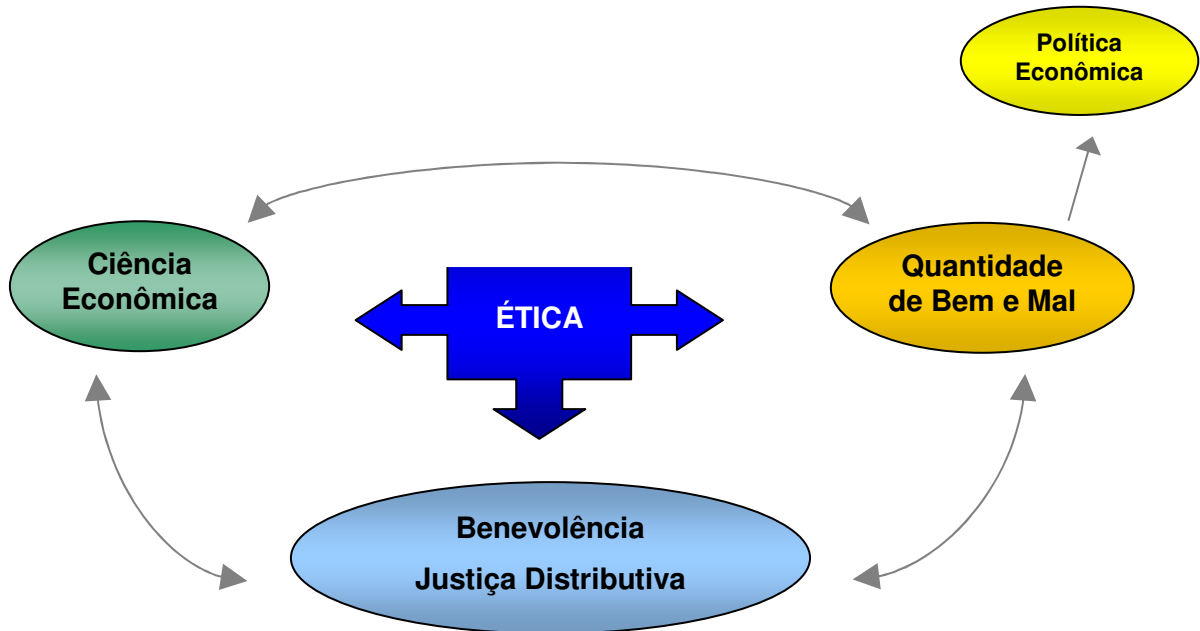


Figura 1 – Diagrama de Análise com a inclusão dos princípios éticos na apreciação dos fenômenos da economia²²
Elaboração do autor.

O diagrama representado na figura 1, apresenta o modelo de análise adotado, onde os fundamentos da ciência econômica, os princípios da benevolência e da justiça distributiva e a quantidade de bem e mal produzidos, estão interagindo por intermédio da ética, resultando em decisões de política econômica que nortearão

²² O modelo exposto apresenta limitações por sua característica geral, e pode ser incorporado em qualquer regime de política econômica, tanto na formulação de políticas, como no arbitramento de eventuais *trade offs*.

as ações da sociedade no que tange aos assuntos econômicos.

No próximo capítulo são apresentados o modelo econômico utilizado, suas origens e implementação no Brasil no período destacado, assim como o ajuste fiscal e seus resultados para o desenvolvimento econômico brasileiro.

4 ANÁLISE DO MODELO ECONÔMICO E SEUS RESULTADOS

Com base nos princípios constantes no diagrama da página 58, este capítulo procura identificar o modelo econômico utilizado no Brasil durante o período estudado, suas origens e implementação. Da mesma forma, é estudado o ajuste fiscal proposto, seus resultados e reflexos no desenvolvimento econômico brasileiro.

4.1 O MODELO ECONÔMICO

Este item tenta esclarecer a origem e a fundamentação do modelo adotado, bem como a forma como o mesmo foi implementado na economia brasileira.

4.1.1 Origens do Modelo Adotado

O modelo econômico adotado no período estudado deriva das *recomendações* originadas pelo que ficou conhecido, *urbi et orbi*, por *Washington Consensus*²³. As referidas *diretrizes* têm por arcabouço teórico os fundamentos da ortodoxia econômica, que ressurgiu após a crise que abalou o consenso

²³ Washington Consensus: no final da década de 1980, os economistas do FMI, BIRD e do Tesouro dos Estados Unidos, promoveram diversas reuniões conjuntas na cidade de Washington, DC, com o intuito de unificar suas recomendações para os países em desenvolvimento que estivessem vivendo crises em que se tornava necessária a atuação destes organismos internacionais para eventuais socorros financeiros. Resultou daí aquilo que John Williamson (1984) sintetizou no denominado Consenso de Washington. As recomendações principais foram: abertura de mercados, Estado mínimo, desregulamentação da economia, privatizações e, principalmente, rigorosa disciplina fiscal.

keynesiano-engenharia social que vigorava no período do pós-guerra até a década dos anos de 1970.

O que ficou conhecido por *Consenso de Washington* foi, à guisa de esclarecimento, uma série de encontros, na cidade que lhe empresta o nome, entre acadêmicos e economistas norte-americanos, funcionários do tesouro dos Estados Unidos, Banco Mundial e FMI. O objetivo era cunhar um receituário que deveria ser difundido às nações periféricas, principalmente àquelas que necessitassem de socorro financeiro internacional. Verifica-se, portanto, que não se tratou de um consenso entre a comunidade internacional acerca dos problemas da conjuntura ao final do século XX. A referenciada *reunião* tinha por objetivo o estabelecimento de um sistema capitalista mundial, com base na ampla liberdade dos mercados e com garantias sólidas para os rendimentos do capital financeiro estéril.

Desse *consenso* resultaram dez *recomendações* que deveriam ser adotadas pelo *novo mundo* onde deveriam predominar os *mais aptos*, num sistema classificado pelas ciências sociais como *darwinismo social*²⁴, conforme Dawkins (1996), quais sejam:

- i – rígida disciplina fiscal;
- ii – reforma tributária;
- iii – priorizar os gastos públicos em educação e saúde;
- iv – taxas de juros positivas determinadas pelo mercado;
- v – taxas de câmbio flutuantes determinadas pelo mercado;
- vi – liberalização comercial;
- vii – desregulamentação e abertura aos capitais externos;

²⁴ Darwinismo social: onde a vida social é concebida sob as regras do fundamentalismo dos mercados, onde os seres humanos estão em permanente conflito individual, uns contra os outros, e vencem aqueles mais aptos, sendo eliminados os mais débeis.

- viii – privatização das empresas públicas;
- ix – desregulamentação geral da economia, e
- x – proteção geral da propriedade privada.

No período estudado, a administração da economia mundial se encontrava sob a égide do pensamento neoliberal, assim como seus mecanismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se encarregavam de *supervisionar* a implantação do modelo hegemônico livre-cambista e anti-estatista derivados daquele consenso.

Os países mais suscetíveis a este receituário eram os chamados *em desenvolvimento*, também conhecidos como NICs²⁵ da economia internacional.

A *cartilha* proposta foi resumida por Kennedy (1988), em *paper* de sua lavra: “[...] governos de menores dimensões e mais eficientes, comércio mais livre, mercados competitivos, menor número de regulamentações, mais ênfase à expansão de oportunidades para os menos privilegiados, e maior tônica ao setor privado”.

O principal *agente* disseminador das orientações estabelecidas pelo referido consenso foi o FMI. Verifica-se, assim, que o FMI tergiversou o seu objetivo principal tal como ficara estabelecido em Bretton Woods²⁶, que era o de promover e garantir o equilíbrio nas balanças de pagamento, passando a reorientar seu foco para o sistema de crédito do mundo, garantindo a circulação do dinheiro no espectro do

²⁵ NICs: expressão da língua inglesa que representa *new industrialized countries*, que vem a ser designação dada aos países que se industrializaram, após a Segunda Grande Guerra e que adotaram uma política agressiva de exportações de manufaturados, e, em decorrência destas posições, apresentaram elevadas taxas de crescimento do PIB, tais como Singapura, Coréia do Sul, Taiwan e o Brasil e México, na década de 1970.

²⁶ Breton Woods: em julho de 1944, as Nações Unidas realizaram uma conferência na cidade de Breton Woods, New Hampshire, USA, com a representação de 44 países, para planejar a estabilidade da economia internacional após o encerramento da Segunda Guerra Mundial que já se vislumbrava no horizonte.

modo de produção capitalista, em favor das nações desenvolvidas, sem preocupar-se com as manipulações cambiais, as práticas de cartel e a crescente drenagem de recursos para o setor financeiro via monetarização da riqueza.

Com a consolidação desta atuação, o FMI passou a desempenhar o papel de *fiador e cobrador final* das dívidas, com a função de fiscal financeiro, avalista, auditor e agente de informações nas estratégias de empréstimos aos países emergentes, financiamentos estes que, no final do Século XX, já se encontravam, preponderantemente, a cargo dos bancos privados internacionais, conforme a figura 2 que segue, constante do Relatório Anual do Banco Mundial de 2001.

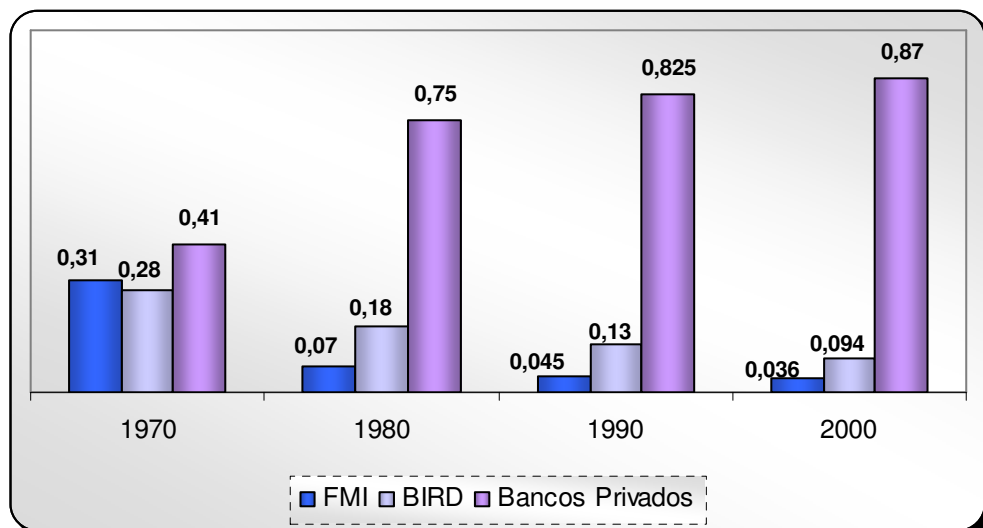


Figura 2 - Proporção da participação do FMI, Banco Mundial e bancos privados no financiamento dos déficits externos dos países pobres do mundo (em bilhões de dólares americanos) no período 1970-2000.

Fonte: Banco Mundial, 2001.

Em decorrência do que está demonstrado na figura 2, os países em desenvolvimento, os denominados *emergentes*²⁷, em consequência, passaram a dever mais aos bancos internacionais privados, pagando taxas de juros maiores e aumentando, excessivamente, as suas dívidas. O relatório do Banco Mundial,

²⁷ Emergentes: países em desenvolvimento que passam a apresentar algum progresso em sua economia no que diz respeito a sua industrialização.

datado de 2003, expressa o comportamento da dívida dos Países em Desenvolvimento (PED), calculando o multiplicador dos valores devidos no período 1980 - 2002, conforme figura que segue.

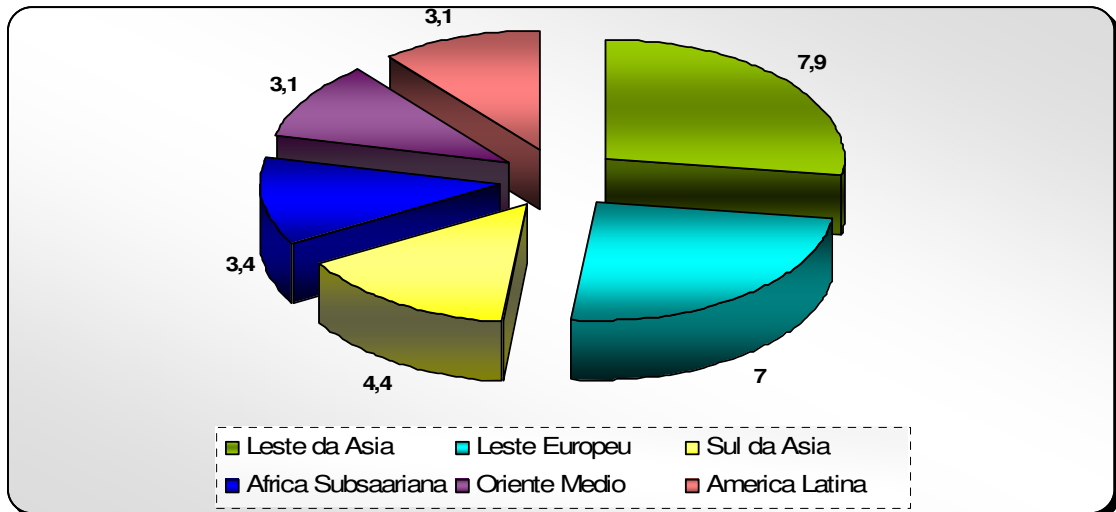


Figura 3 – Multiplicador da dívida dos Países em desenvolvimento – média do período 1980 a 2002.

Fonte: Banco Mundial, 2003.

A figura 3 representa a comprovação de que a aplicação dos preceitos antes mencionados, originários do Washington Consensus, causaram aos países emergentes um aumento exponencial nos seus passivos externos, recrudescendo a dependência dos mesmos em relação ao capital financeiro.

O ajuste fiscal, imposto pelas *recomendações* do FMI aos países necessitados de socorro financeiro, é o *prius*²⁸ do modelo adotado universalmente pelo organismo, na apreciação de Horsefield (1969). Com base neste axioma, as políticas de ajuste estrutural recomendadas têm resultado em recessão, desemprego e sucessivas transferências líquidas de renda da sociedade para o setor financeiro.

²⁸ Prius: do latim, mais importante, prioritário.

Esta transferência está consubstanciada na ênfase aos *superávits primários*²⁹ crescentes, que permitem ao FMI *supervisionar*, quantitativamente e com eficiência, o esforço necessário ao cumprimento dos compromissos financeiros dos países desajustados, em detrimento a quaisquer outros por mais prementes que estes possam se apresentar. Sobre esta nova forma de atuação do FMI, Stiglitz (2002), assim se manifesta:

[...] embora essa possa ter sido a intenção de Keynes quando exerceu pressão para a formação do FMI, a instituição atualmente não se julga uma financiadora de déficits, comprometida que está em manter as economias em total atividade. Em vez disso, ela assumiu a posição anterior a Keynes, de austeridade fiscal diante de um colapso, distribuindo recursos somente se o país que estiver precisando do empréstimo se sujeite às opiniões do FMI a respeito da política econômica adequada, o que, quase sempre, envolve políticas contraditórias que geram recessão ou coisa pior (p. 119).

Inserido nesse cenário econômico e político mundial, no último quartel do século XX, o Brasil atravessava um período de transformações sócio-políticas que causavam repercussões na sua economia como um todo, em decorrência da transição do regime autoritário, que vigorava desde 1964, para um regime de estado democrático de direito, que modificaram o *pacto sócio-político-econômico* que vigorava no período anterior.

4.1.2 A implementação do modelo econômico no Brasil

O novo *arranjo* sócio-político-econômico vigente no Brasil, contemplava uma *aliança* entre as elites dirigentes do país e o capital financeiro nacional e internacional que passou a utilizar, como sustentação teórica na órbita econômica, os fundamentos da ortodoxia neoclássica.

²⁹ Superávit Primário: resultado obtido com o saldo positivo entre receitas e despesas dos governos, excetuando o pagamento de juros. Identidade contábil, criada pelo FMI, com o objetivo de acompanhar o esforço dos países no sentido de obter uma estabilização em suas dívidas para com o setor financeiro.

Ficou claro, para todos os agentes econômicos, que o objetivo principal da política econômica seria a busca de uma estabilidade macroeconômica, sob a óptica de estabelecer *bons fundamentos* de natureza financeira, onde o capital financeiro pudesse sentir-se confortável, o que vale dizer, tivesse os seus rendimentos garantidos acima de qualquer outra prioridade.

Os fundamentos reais da economia (busca do pleno emprego, programas sociais, etc.) passaram a ter seus pleitos postergados sob a fundamentação de que a estabilidade macroeconômica seria a meta a ser alcançada, como condição *prima facie*, não importando quais fossem os sacrifícios a serem exigidos da sociedade.

Para os teóricos da ortodoxia que sustenta a hegemonia do capital financeiro, a estabilidade é uma condição suficiente para a retomada do crescimento, que viria pela atuação virtuosa dos mercados livres e do Estado minimalista.

A partir da implantação destes axiomas, verificou-se que o Estado brasileiro, no entendimento de Netto (1999), trocou o financiamento inflacionário dos seus desajustes fiscais, por um endividamento exponencial, conforme a figura 4 que segue.

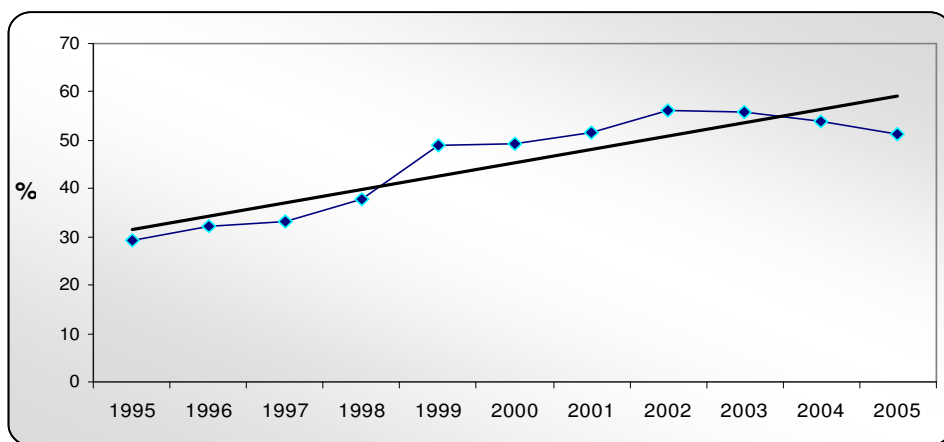


Figura 4 - Dívida Líquida do Setor Público Consolidado do Brasil no período 1995-2005 (% PIB).

Fonte: Banco Central do Brasil, 2006.

Além do endividamento crescente, o governo promoveu um aumento da carga tributária sem precedentes na história econômica do país, conforme está revelado na figura 5 que segue.

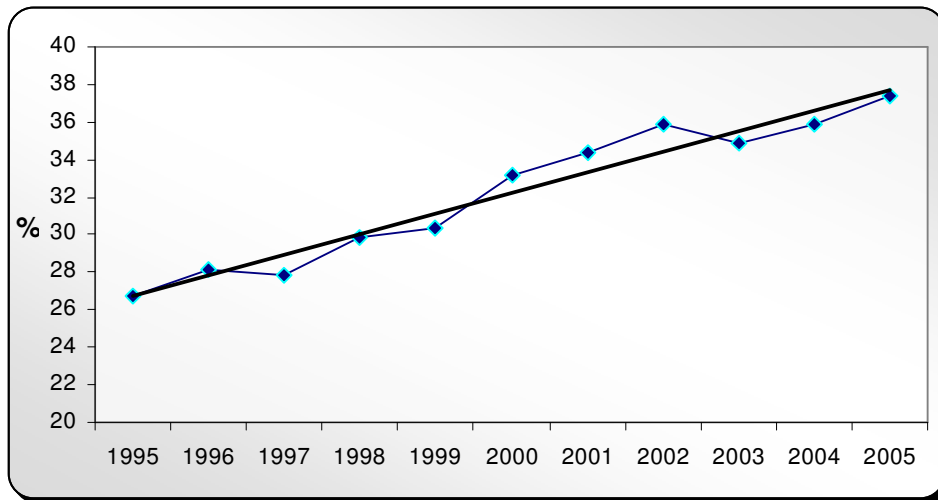


Figura 5 – Evolução da Carga Tributária do Brasil no período 1995-2005 (% PIB).

Fonte: Secretaria da Receita Federal, 2006.

Os dois indicadores representados nas figuras 4 e 5, deixam claro que os gestores da época procuraram uma resposta ao desajuste das contas públicas, por intermédio do aumento da arrecadação e por uma apropriação da poupança via endividamento público.

Para que se compreenda com mais nitidez o comportamento da economia do Brasil, necessário se torna a subdivisão do período estudado em duas partes. A primeira compreendendo o período 1995-1998 e, a segunda, 1999-2005, tendo em vista as variações nos instrumentos adotados para a implementação da política econômica.

Na primeira parte do período estudado (1995 a 1998), o modelo econômico adotado contemplava o estabelecimento de uma âncora cambial, como forma de frear os impulsos inflacionários, aproveitando-se de uma relativa folga nas reservas

cambiais existentes àquela época. Com este procedimento e com a relativa abertura comercial vigente, o país passou a ter uma *estabilidade* nos preços internos que havia muito tempo não experimentava.

O estabelecimento da paridade *um por um* entre o real e o dólar norte-americano, com um regime de câmbio fixo, *inebriaram* os *policymakers* responsáveis pela economia ante os resultados conseguidos no item *estabilização dos preços*. Os efeitos perversos desse *delírio cambial* logo começaram a se apresentar, conforme revelado pela deteriorização na Balança Comercial e no Balanço de Transações Correntes, com reflexos nas Reservas Internacionais, conforme se ilustra pela figura 6 que segue.

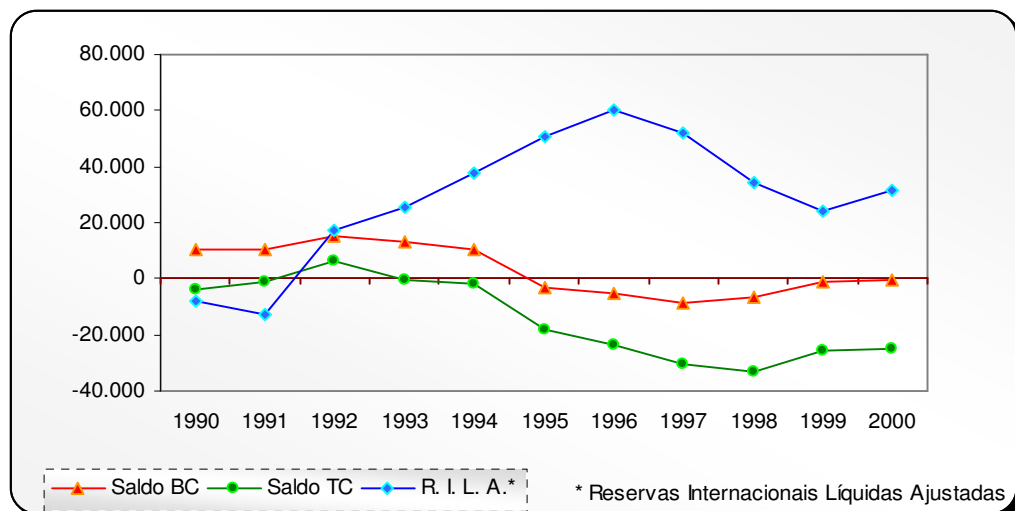


Figura 6 – Balança Comercial, Balança de Transações Correntes e Reservas Internacionais Líquidas Ajustadas do Brasil no período 1990-2000.

Fonte: Ipeadata, 2006.

O financiamento destes déficits crescentes tinha como origem, basicamente, a atração de capitais voláteis internacionais, por meio da implementação de altas taxas de juros no mercado doméstico, praticadas pela autoridade monetária.

Os resultados verificados no gráfico supra, resultaram numa crise cambial que já estava sendo prevista pelos estudiosos da economia, e que fora agravada por

uma sucessão de choques exógenos oriundos de desarranjos ocorridos em outras economias do planeta pelo efeito contágio e causadas, principalmente, pela desregulamentação financeira então em curso no mundo, conforme, até mesmo o Banco Mundial, em seu relatório anual de 2000 reconheceu: “[...] os episódios passados de expansão dos fluxos de capitais para os mercados emergentes terminaram em severas crises internacionais. *Hard landings* mais do que *soft landings* têm sido a regra [...]”.

Em face disso, o Brasil buscou *socorro* no FMI que, para atender os pleitos nacionais, *recomendou* a adoção explícita do seu *receituário padrão*, já referenciado anteriormente neste estudo.

Assim sendo, na segunda parte do período destacado para este trabalho (1999-2005), o país praticou um modelo econômico consubstanciado na adoção de um regime de metas de inflação³⁰, câmbio flutuante e superávit primário, como *pilares* da política econômica que passou a ser implementada.

Verifica-se que os dois sub-períodos destacados (1995 - 1998 e 1999 - 2005) apresentaram variações nos instrumentos utilizados para a implementação do modelo econômico. Por outro lado, o ajuste fiscal pretendido, permaneceu como uma meta a ser perseguida durante todo o interregno temporal que abrange este estudo, e será analisado no item seguinte.

³⁰ Metas de Inflação: regime adotado pelo Decreto 3088 de 21/06/1999, cujas raízes teóricas foram dadas por Marshall (1887) e Wicksell (1898). O primeiro país a adotar o regime de metas inflacionárias explícitas, nos anos de 1990, foi Nova Zelândia (1990), sendo seguido, posteriormente, por Canadá (1991), Reino Unido (1992), Suécia (1993), Finlândia (1993), Austrália (1994) e Espanha (1994).

4.2 O AJUSTE FISCAL

A busca de um Ajuste Fiscal para a economia brasileira tem sido um objetivo tratado, com mais ênfase, desde o início da década de 1990, com a edição do Plano Collor (1990)³¹. Este objetivo de política econômica deriva das idéias, igualmente já mencionadas do Consenso de Washington, com fundamento da ortodoxia na condução da economia, tendência esta adotada pelos organismos multilaterais e *policymakers* das economias centrais do Planeta.

Conforme esse pensamento dominante, a sustentabilidade da política fiscal é entendida como um pré-requisito nos programas de estabilização e de retomada do crescimento econômico. Existe um certo consenso de que projetos que visem à estabilização econômica não podem conviver com fundamentos fiscais inconsistentes que os levariam ao fracasso Fraga (1999). A ortodoxia econômica avança na avaliação da importância do ajustamento fiscal, entendendo, conforme Fischer (1996), que a partir da existência do mesmo, uma dada economia inicia um processo de *big push*³² no rumo do crescimento.

Em que pese o tema já tenha sido debatido há mais tempo, como em Keynes (1923), Domar (1944) e Lerda (1987), a partir da década de 1980 o assunto passou a ter maior importância diante do crescimento insustentável da dívida pública, ocorrido em diversos países da Zona do Euro, colocando em risco o processo de unificação monetária então em curso.

³¹ Plano Collor: quarto plano de estabilização econômica desde o Plano Cruzado que viria a se chamar Plano Brasil Novo. As medidas adotadas implicaram mudanças nas áreas monetário-financeira, fiscal, comércio exterior, câmbio e controle de preços e salários.

³² Big Push: expressão idiomática inglesa que significa iniciar de forma consistente.

A Política Fiscal é um conjunto de regras que resultam em um nível determinado de dívida pública (BLANCHARD *et alii*, 1990). Por via de consequência a definição de política fiscal *sustentável*, está assim elaborada pelo mesmo autor: “[...] uma política fiscal sustentável é definida como aquela que implica a convergência da razão dívida/PIB a um valor constante.”

A definição oferecida por Kopits e Symanski (1998), vem na mesma direção de Blanchard: “[...] a fiscal policy rule may consist of a limit on, or a target for, the stock of public debt as a proportion of GDP”.

Matematicamente, a sustentabilidade da política fiscal pode ser representada pela seguinte equação:

$$dB/ds = G - T + iB - V - S \quad (1), \text{ onde:}$$

dB/ds é a variação da dívida pública nominal, B no intervalo s , G o gasto do Governo em bens e serviços, T a receita tributária líquida de transferências, i a taxa de juros nominal que incide sobre o estoque da dívida pública, V as variações patrimoniais e S a receita de senhoriagem. O termo V captura os efeitos das privatizações, passivos ocultos, mudanças de preços relativos e outros no estoque da dívida pública.

*Ad referendum*³³, supõe-se que $V = S = 0$. Desta forma, o lado direito de (1) equivale à definição corrente de déficit nominal, com $(T - G)$ igual ao superávit primário, que será denotado por P .

Dado que as economias crescem no tempo, a equação (1) deve ser reescrita nos termos proporcionais ao PIB. Define-se b , g , t e p , como as razões entre dívida, gasto, receita líquida e superávit primário (a preços constantes) e o PIB real. Seja y

³³ Ad referendum: do latim, para apreciação posterior.

a taxa de crescimento real do PIB e r a taxa de juros real *ex post* ($r = i - \pi$, onde π é a taxa de inflação). Então:

$$dB/ds = g - t + (r - y)b = (r - y)b - p \quad (2)$$

A equação (2) descreve a dinâmica da razão dívida/PIB (em termos reais). Supõe-se que $r > y$. O comportamento de b ao longo do tempo, depende da evolução de p . Se p for igual a zero, b aumentará, permanentemente, à taxa $(r - y)$. Se p for negativo (caso o Governo produza déficits primários), b crescerá, permanentemente, a taxas superiores a $(r - y)$. Assim, se p for positivo (Governo produzindo superávits primários), b crescerá a uma taxa inferior a $(r - y)$. Caso os superávits primários sejam suficientemente elevados, b poderá ficar constante ou, inclusive, diminuir.

No Brasil, a aplicação do Plano Real no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo que tenha manifestado a preocupação inicial com o ajuste fiscal, não atentou para sustentabilidade da política fiscal e teve que enfrentar os choques adversos externos (crises Asiática e Russa), em situação de desequilíbrio no momento da eclosão das mesmas, conforme demonstrado na tabela 1 e pelas figuras que seguem.

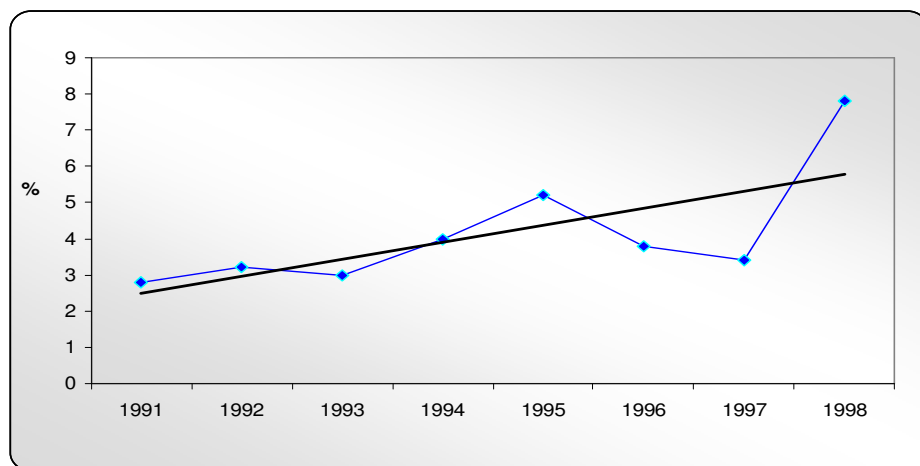


Figura 7 – Despesas com Juros Reais – Setor Público Consolidado do Brasil no período 1991-1998 (% PIB).
Fonte: Ipeadata, 2006.

A figura 7 mostra que, partindo de uma despesa com juros reais estabilizada, com média no período 1991-1994 em 3,3% do PIB, a implementação de uma política de endividamento do setor público, como fórmula para enfrentamento dos desajustes fiscais no período 1995-1998, resultou em importante aumento desta despesa, para uma média anual de 5% com relação ao PIB. Este comportamento passou a retroalimentar a pressão sobre o orçamento fiscal. Decorre daí o aumento exponencial na evolução do Déficit Operacional do Setor Público Consolidado, que passou de 0,4% do PIB (média 1991-1994) para 5,2% do PIB, na média (1995-1998), conforme registra a figura 8 que segue.

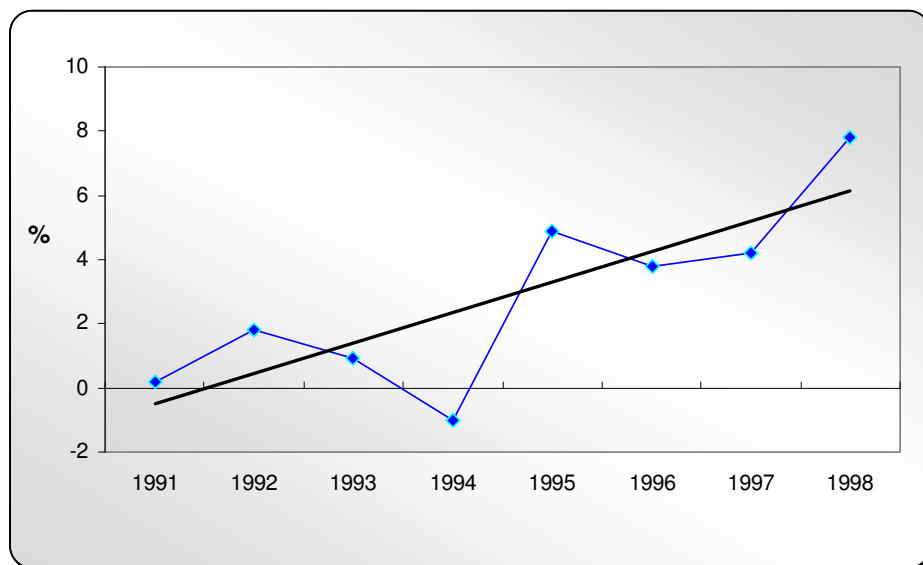


Figura 8 – Déficit Operacional – Setor Público Consolidado do Brasil no período 1991 – 1998 (%PIB).

Fonte: Ipeadata, 2006.

Como se verifica pela evolução da variável representada na figura 8, assim como pela sua linha de tendência, não havia sustentabilidade na política fiscal, que prejudicava a obtenção de um ajuste fiscal, nos termos como está demonstrado na equação 2 antes descrita. Assim sendo, a figura 9 apresenta o comportamento da Dívida Líquida do Setor Público Consolidado como segue.

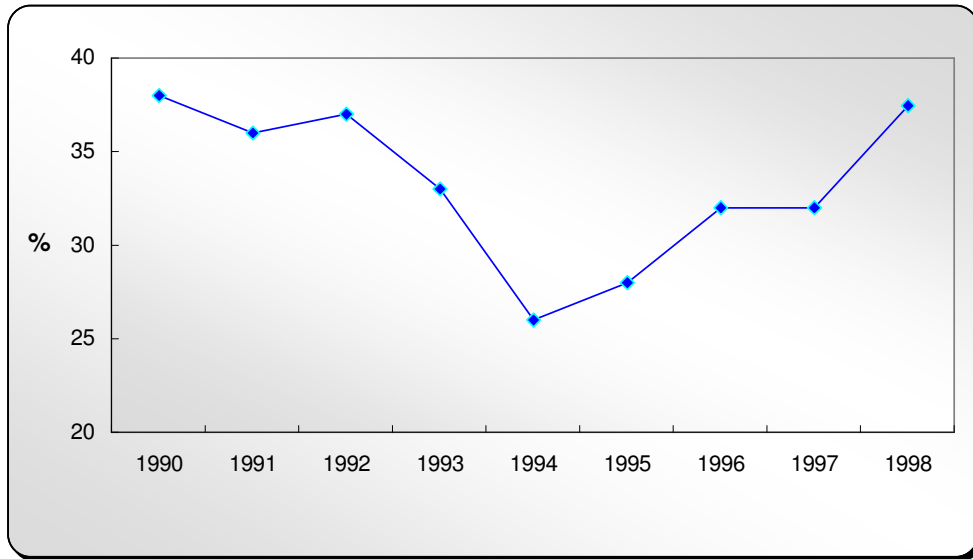


Figura 9 – Dívida Líquida - Setor Público Consolidado do Brasil no período 1990 - 1998, (%PIB).

Fonte: Ipeadata, 2006.

Embora o período reservado ao estudo se inicie em 1995, a figura supra retroage ao ano de 1990, tendo em vista a inflexão no comportamento da variável, ocorrida em 1995, comprobatória das duas afirmações antes colocadas neste item, quais sejam: i – troca do financiamento dos desajustes fiscais por endividamento e ii – não estabilização da relação dívida-PIB a um valor constante, conforme o conceito de sustentabilidade apresentado.

A consequência foi a interrupção da trajetória decrescente da dívida pública que vinha ocorrendo até 1994 com relação à dívida pública-PIB, de 26%, para um patamar ascendente que culminou com 38% do PIB em 1998 (figura 9).

É evidente que o aumento do endividamento resultaria em impacto nas despesas com juros sobre a dívida, já demonstrado pela figura 7 que, em 1994 eram de 3,8% do PIB, passando, em 1998, para 7,8% do PIB.

A situação fiscal do período pode ser analisada pelo comportamento da variável apresentada na figura 10 que segue.

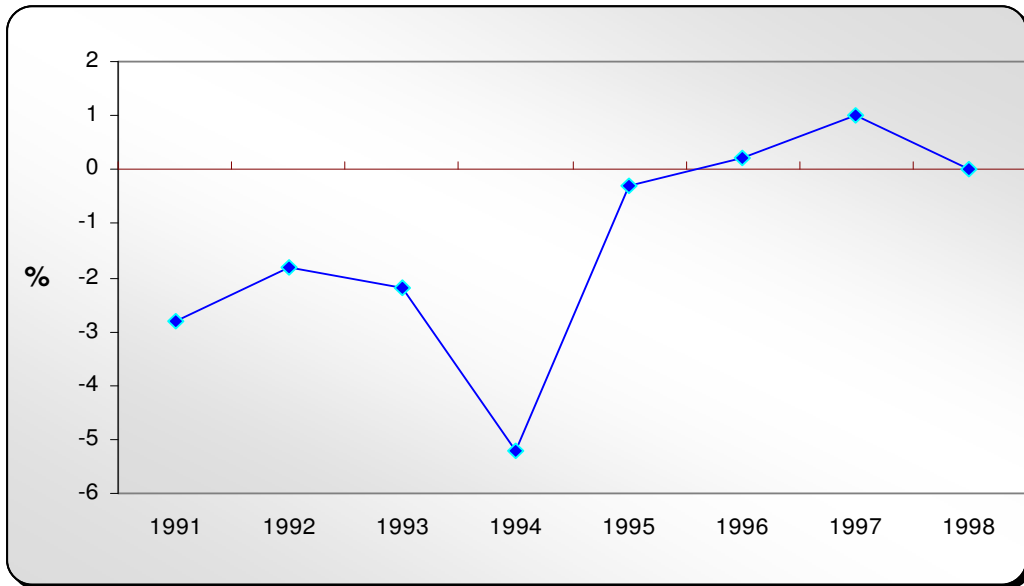


Figura 10 – Déficit Primário – Setor Público Consolidado do Brasil no período 1991 - 1998 (% PIB).

Fonte: Ipeadata, 2006.

O Déficit Primário acima representado, também acompanha a inflexão da curva verificada na figura 9 que antecede. O superávit primário médio do período 1991-1994 de 2,9% do PIB, deu lugar a um déficit de 0,2% do PIB no período compreendido entre 1995-1998.

A tabela que segue sintetiza a deteriorização das contas públicas, na comparação dos períodos 1991-1994 e 1995-1998.

Tabela 1 – Resultados Fiscais do Brasil no período 1991 a 1998.

Itens	Médias Anuais (% PIB)		Variação 91/94-95/98		
	91/94(A)	95/98 (B)	(B)-(A)	Decomp I	Decomp II
Déficit Operacional	0,4	5,2	4,8	100,0	
Governo Federal	-0,1	2,6	2,7	55,9	
Estados e Municípios	0,2	2,1	1,9	38,7	
Empresas Estatais	0,2	0,5	0,3	5,4	
Despesas de Juros Reais	3,3	5,0	1,7	35,3	100,0
Governo Federal	1,5	2,9	1,4	29,3	84,5
Estados e Municípios	0,9	1,7	0,7	15,4	43,7
Empresas Estatais	0,9	0,4	-0,5	-10,0	-28,2
Déficit Primário	-2,9	0,2	3,1	64,7	100,0
Governo Federal	-1,6	-0,3	1,3	26,1	40,4
Estados e Municípios	-0,7	0,4	1,1	23,3	36,0
Empresas Estatais	-0,7	0,1	0,7	15,3	23,7

Fonte: Bacen, 2006.

Conforme relatado, no início deste tópico, a observação das variáveis apresentadas demonstra que as finanças públicas brasileiras estavam em situação de desequilíbrio por ocasião da eclosão das crises financeiras externas da Ásia e da Rússia.

O quadro conjuntural existente foi agravado pelas sucessivas elevações das taxas de juros, efetivadas para o enfrentamento dos choques externos adversos, ocorridos no final de 1997 e durante o ano de 1998.

A análise da tabela 1 mostra uma evolução de 1,7% do PIB, no aumento das despesas com juros reais, 3,1% do PIB, como resultado de variação negativa do resultado primário, o que perfaz, na média, um agravamento do quadro médio em 4,8% do PIB.

Em decorrência da fragilização dos fundamentos fiscais, a credibilidade da política econômica ficou abalada perante os mercados internacionais, ocasionando uma queda nos níveis das reservas internacionais. Em face disto, o Governo anunciou, no mês de outubro de 1998, o *Programa de Estabilidade Fiscal*.

O objetivo principal do *Programa* anunciado era a redução da tendência de crescimento da dívida líquida do setor público consolidado, no médio prazo (1999/2001). Para conseguir o seu desiderato o Governo propunha a meta de reduzir a dívida pública para algo em torno de 50% do PIB num primeiro momento (1999), estabilizando-a em 46,5% do PIB, ao final do exercício de 2001. Para tanto, o Governo se comprometeu, perante o FMI, a atingir uma meta de superávit primário de 3,1% do PIB, em 1999, 3,25% do PIB, em 2000 e 3,35% do PIB, ao final do ano de 2001.

Obedecendo a essa *nova óptica* iniciou-se o segundo mandato do Governo, agora sob regime de câmbio flutuante e adotando o instrumento de *inflation targeting*³⁴, no combate à inflação e com vistas a buscar a estabilidade econômica com o conseqüente fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos, sob supervisão de um *programa* acordado com o Fundo Monetário Internacional.

A *supervisão* avançada com o *Fundo* foi uma constante durante todo este período (1999/2002) e dado seqüência no novo governo que o sucedeu (2003/2005), e a administração dos *policymakers* continuou, fundada nos preceitos recomendados pelo FMI, que privilegiavam o ajuste fiscal, o combate à inflação, a propositura de reformas estruturais, privatizações de estatais e desregulamentação geral da economia (apud Dornbusch and Fischer, in The World Bank Economic Review).

O projeto de ajuste fiscal, ao final do ano de 2005, apresentou os seguintes resultados, em consonância com o conceito adotado, neste estudo:

³⁴ *Inflation Target*: regime de metas de inflação, introduzido no Brasil, pelo Decreto nº 3.088, de 21 de julho de 1999, que atribui ao Conselho Monetário nacional a incumbência de definir o índice de inflação, bem como suas margens de tolerância, a ser perseguido pelo Banco Central por meio da administração da política monetária via taxa de juros.

A) Dívida Líquida Total do Setor Público Consolidada: durante o intervalo de tempo entre 1998 e 2005, com a implementação do *Programa de Estabilidade Fiscal*, houve um aumento de 37,82% do PIB para 51,32% do PIB, conforme dados constantes da figura 4 antes exposta.

B) Dívida Externa: a figura demonstrativa, que segue, contém a informação do comportamento do endividamento externo que era de 3,65% do PIB, em 1998, para 13,15% do PIB em 2002, com uma melhora significativa até 2005 (4,72%).

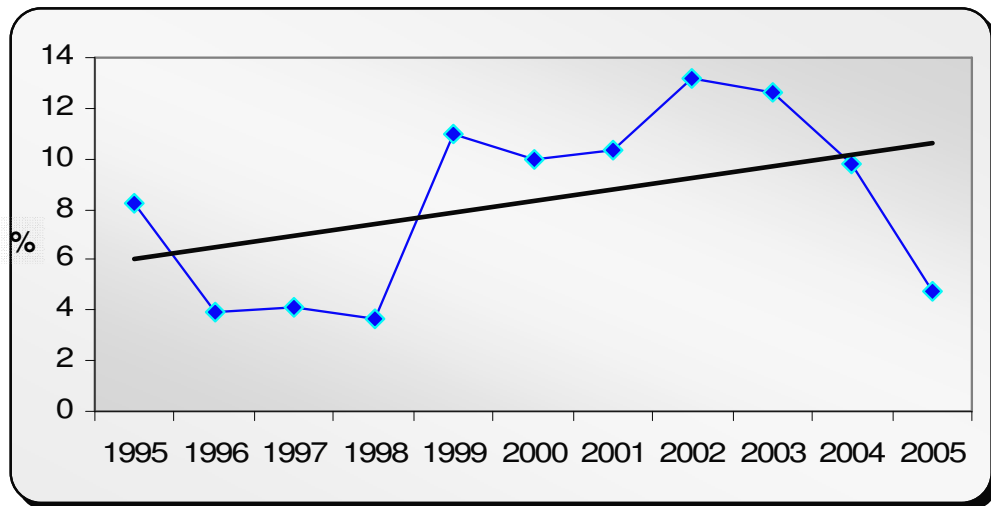


Figura 11 – Dívida Externa do Setor Público do Brasil no período 1995 – 2005 (% PIB).

Fonte: Ipeadata, 2006.

C) Dívida Interna do Setor Público Líquida: esta variável, também, apresenta um aumento de 34,14% do PIB para 46,51% do PIB em 2005, conforme registra a figura que segue.

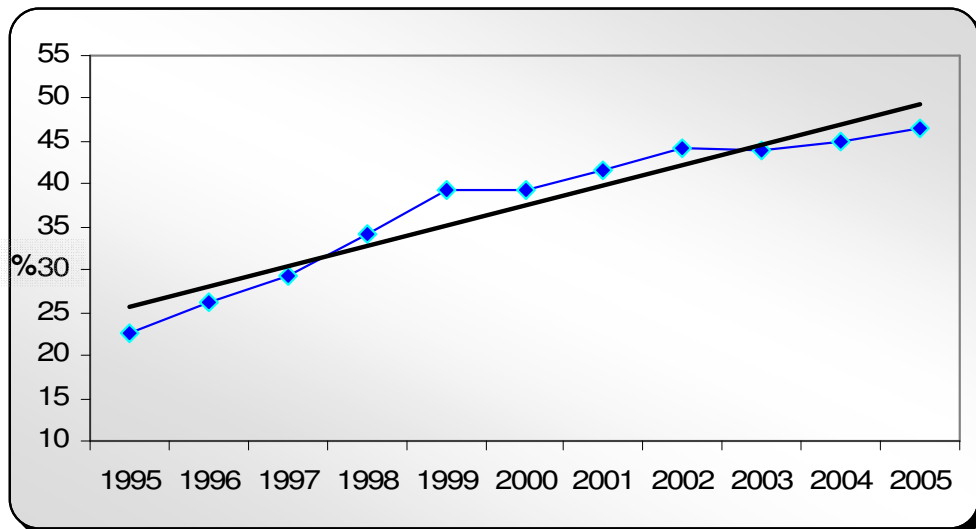


Figura 12 – Dívida Interna do Setor Público do Brasil no período 1995 – 2005 (% PIB).

Fonte: Ipeadata, 2006.

Diante dos resultados demonstrados, conclui-se que o ajustamento fiscal pretendido, já há mais de uma década, com base no conceito de sustentabilidade antes verificado, não se configura e serão analisados no item que segue, à luz dos princípios constantes da figura 1, que integra o item 3.3 supra.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente item analisa os resultados da implementação do modelo econômico adotado, do ajuste fiscal e os reflexos dessas políticas no desenvolvimento econômico brasileiro, por intermédio da interpretação das variáveis selecionadas.

4.3.1 Os resultados do modelo implementado

A política econômica, para efeitos de simplificação, gira em torno de objetivos e instrumentos. No Brasil fica evidente, no período estudado, que os objetivos são o combate à inflação, a atividade econômica (produto e emprego) e o

equilíbrio no balanço de pagamentos (reservas ou conta corrente). Para tanto, os instrumentos serão, em tese, as políticas monetária, fiscal e cambial.

No primeiro sub-período (1995-1998), a política cambial se utilizou do regime de câmbio fixo e sua administração foi controversa. No curto prazo foi inegável a contribuição da paridade um por um entre o dólar norte-americano e o real para o choque inicial antiinflacionário que resultou no início de um período de estabilização nos preços. Ato contínuo, no médio prazo, para utilizar uma expressão de Keynes, *os loucos no poder, que ouvem vozes no ar*, encastelados no Banco Central do Brasil, passaram a praticar o *delírio cambial* já referido no item anterior.

No segundo sub-período (1999-2005), o regime cambial passou a ser o flutuante. Desta forma, pode-se admitir que a preocupação com o balanço de pagamentos desapareça, já que a flutuação do câmbio, por si só, segundo os formuladores da política econômica, se encarrega de manter o equilíbrio externo. Observe-se, porém, que esta simplificação não é válida para países com elevado endividamento externo.

Restam outros dois instrumentos: políticas monetária e fiscal. A política fiscal, no curto prazo, é praticamente dada, restando, portanto, a política monetária que deverá ser administrada em consonância com dois objetivos intrinsecamente conflitantes dentro do modelo adotado: combate à inflação e atividade econômica.

Antes de analisar o conflito de objetivos colocado, necessário se torna a verificação do regime de metas de inflação adotado a partir da crise de insolvência do país ocorrida em 1998. Implantado no epicentro da crise cambial referida, o regime de metas inflacionárias se caracterizou por sua rusticidade e rigidez. Decorridos quase oito anos, o sistema implantado não sofreu nenhuma evolução. Estas características desembocam em problemas que precisam ser enfrentados por

meio de uma flexibilidade maior. Desde a utilização de índices expurgados até maior liberdade nos prazos para cumprimento das metas estabelecidas, como a desvinculação ao ano civil. Existem exemplos de maior flexibilidade, como o arranjo vigente na Inglaterra, onde o Banco Central possui uma grande liberdade em relação ao período em que a meta deva ser alcançada e, mesmo assim, não diminui a confiança entre os agentes econômicos. Nos Estados Unidos, embora não exista formalmente uma meta de inflação, o FED³⁵ utiliza como indicador relevante, um índice de preços expurgado de itens de maior volatilidade, como preços de energia e alimentos.

Para efeitos do presente estudo, a principal diferença existente entre os diversos países que adotam o sistema de metas inflacionárias, de forma explícita ou implícita, em relação ao Brasil, está na atribuição das responsabilidades à autoridade monetária. Enquanto os demais países atribuem à autoridade monetária a responsabilidade pelo cumprimento da meta e manutenção da atividade econômica com foco na busca do pleno emprego, no Brasil o Banco Central é responsável, apenas, pelo cumprimento da meta *stricto sensu*.

O estabelecimento de um regime de metas de inflação sem nenhum compromisso com a atividade econômica, torna a busca da confluência entre a meta e a inflação real um alvo relativamente fácil de ser atingido. Os modelos matemáticos e econométricos utilizados, uma vez implantados, e no Brasil implantados foram, trazem em sua esteira um rastro de estagnação econômica e atraso em relação aos demais países do mundo, principalmente no grupo dos *emergentes* onde, por convenção, estaria o país, conforme se verifica pela figura 13.

³⁵ FED: Federal Reserve Bank.

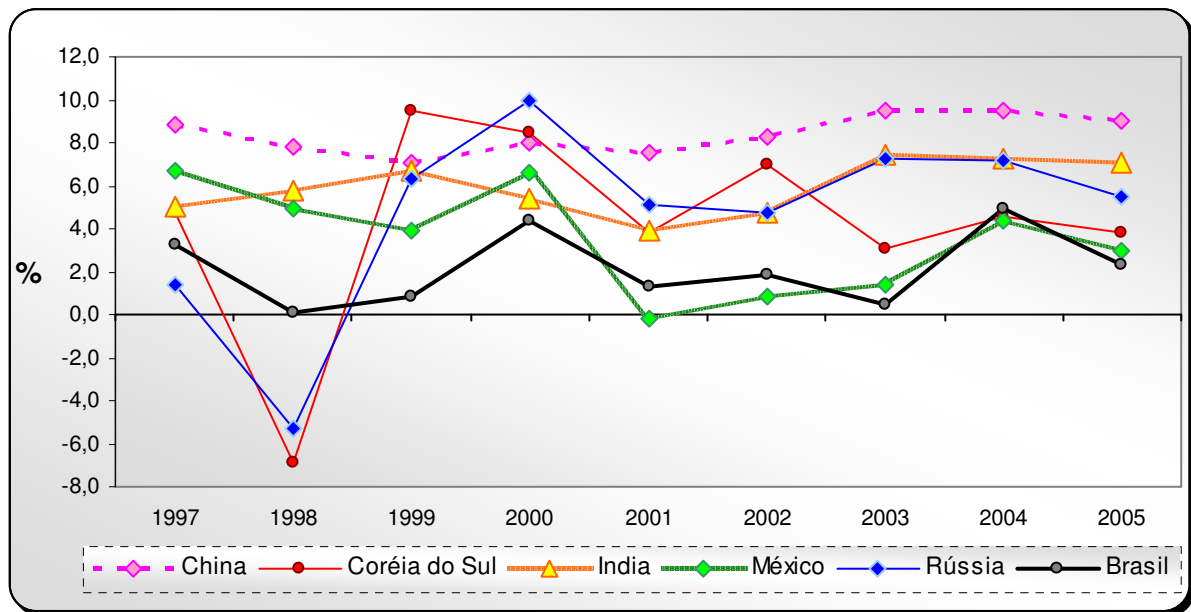


Figura 13 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB (%) - países emergentes no período 1997 – 2005.

Fonte: Anuário Estatístico 2006 (Ministério do Desenvolvimento).

Verifica-se, na figura supra, que o crescimento do PIB do Brasil se encontra abaixo da média dos seus congêneres, em níveis que podem ser auferidos pela tabela 2 que segue.

Tabela 2 - Taxas médias anuais de crescimento do PIB (%) - países emergentes

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China	8,8	7,8	7,1	8,0	7,5	8,3	9,5	9,5	9,0
Coreia do Sul	4,7	-6,9	9,5	8,5	3,8	7,0	3,1	4,6	3,8
Índia	5,0	5,8	6,7	5,4	3,9	4,7	7,4	7,3	7,1
México	6,7	4,9	3,9	6,6	-0,2	0,8	1,4	4,4	3,0
Rússia	1,4	-5,3	6,3	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	5,5
Brasil	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	2,3

Fonte: Anuário Estatístico 2006 (Ministério do Desenvolvimento).

Diferentemente do senso comum e do pensamento dos economistas ortodoxos comuns, estabilidade macroeconômica não é apenas taxa de inflação sob controle, nem tampouco dívida pública em relação ao PIB estabilizada. Essa é uma definição que serve apenas aos interessados em receber juros do Estado. Portanto, existe uma distribuição desigual na proporção de bem e mal causados à sociedade, flagrantemente favorável às minorias rentistas. A própria teoria econômica informa

que, adicionalmente, é necessário que haja equilíbrio intertemporal das contas externas e um nível apropriado de pleno emprego.

Os resultados demonstram, à saciedade, que inexistente preocupação com o nível da atividade econômica do país nos modelos utilizados. Subjacente a essa constatação está a contemplação da única variável que os modelos visam proteger, qual seja: o rendimento do setor financeiro estéril.

Aliás, a submissão incondicional aos ditames do mercado e a aplicação de modelos rígidos, foi tudo o que Greenspan (1984), não admitiu em sua longa gestão no FED. Já em 1984, ainda militante da iniciativa privada, o ex-presidente do FED assim se pronunciava em pleno auditório de Stanford:

[...] um problema surpreendente é que um grande número de economistas não têm a habilidade de distinguir entre os modelos econômicos que nós construímos e o mundo real. Como não estudei em uma das grandes escolas de economia, acho que isso tenha sido uma grande vantagem, pois não passei por nenhuma lavagem cerebral nem me converti a nenhuma doutrina. (Sinai apud Decision Economics, 1998). Tradução do autor.

Greenspan continua convencido de que a economia é simplesmente complexa para ser definida por uma única regra ou previsível nos termos de apenas um modelo econômico. Se ele tem uma mensagem permanente e consistente, é a de que nada é permanente.

O regime de metas inflacionárias coloca nas mãos do administrador do sistema uma única *arma*: a taxa de juros. Sem questionar a validade do regime para uma economia como a brasileira, que não é o enfoque deste estudo, o diagrama do sistema pode assim ser descrito:

i – há um choque cambial, de origem externa ou interna. Os dólares saem do país, provocando uma desvalorização cambial;

ii – a desvalorização provoca um aumento da inflação, obrigando o Banco

Central a uma elevação das taxas de juros;

iii – as taxas de juros provocam uma elevação na dívida interna pública e o conseqüente aumento no superávit primário para fazer frente ao novo patamar de endividamento;

iv – os juros elevados têm como conseqüência a atração de novos dólares, principalmente constituído de capitais voláteis;

v – o ingresso maior de moeda forte aprecia o câmbio solidificando fundamentos para uma nova crise futura, em face da apreciação cambial e do aumento da dívida interna.

Obedecendo esta lógica o diagrama volta ao seu ponto de partida que também é o seu ponto final. Estes movimentos recorrentes na economia brasileira, têm causado uma transferência de renda da sociedade para o setor financeiro que pode ser verificado na figura 14 que segue.

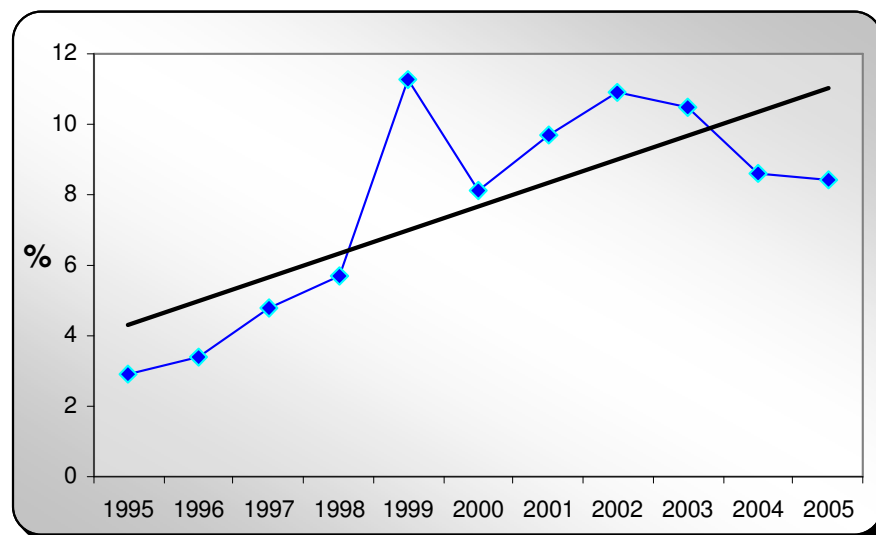


Figura 14 - Serviço da dívida/PIB do Brasil no período 1995 – 2005 em (%)
Fonte: Banco Central do Brasil, 2006.

Para planejamento e controle das suas rendas, o *mercado* possui um instrumento, o *superávit primário*, que funciona como uma verdadeira *armadilha* à nação, instrumento este que é a única variável considerada, na prática, na equação 2 antes demonstrada, que visa buscar a *sustentabilidade da política fiscal*, abreviada

pela ortodoxia dominante como *política responsável*.

Corroborando a assertiva que alerta para a transferência de renda para o setor financeiro, a figura 15 que segue, representa os níveis de superávits primários praticados no Brasil nesse período.

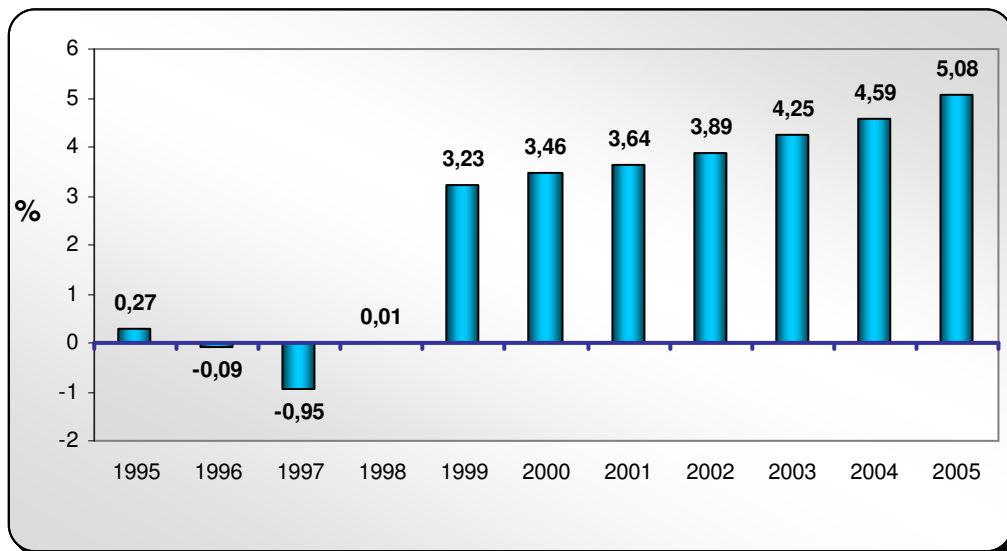


Figura 15 - Resultado Primário do Setor Público (% PIB) do Brasil no período 1995 – 2005.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2006.

A constatação destes resultados indica que, salvo os interesses do setor financeiro, não existe preocupação com o setor real da economia.

Para que seja iniciado um ciclo de crescimento no setor real da economia, existe a necessidade de um choque de oferta ou de demanda, com o objetivo de aumentar a circulação de riquezas. No presente período político que se iniciou em 2003, esse choque veio por meio do mercado externo, em consequência do aquecimento da economia mundial e encontrando o país com câmbio depreciado. Em face disso, move-se a primeira peça da engrenagem: o setor exportador.

Os trabalhadores do setor aumentam suas aquisições de bens de consumo e, os empresários, as de equipamentos. A riqueza crescente começa a transbordar para setores leves, como alimentos, equipamentos leves e bens de consumo.

Adicionalmente, o governo produziu um choque de crédito com a regulamentação do empréstimo com desconto em folha.

Com este quadro, o setor de bens de consumo aumenta a produção, colocando-se em movimento. Verifica-se que está se mexendo a segunda engrenagem. Com a ampliação do consumo, a riqueza também transborda para o setor de serviços.

Em o consumo crescendo nas duas frentes, externa e interna, a capacidade instalada da economia começa ser ocupada em níveis altos. Diante disso, chega-se a um primeiro momento decisivo: o empresário acredita que o crescimento irá continuar o toma a decisão de investir. A partir desse passo, começa a se mover o setor de bens de capital.

Estando todas as engrenagens em funcionamento, a demanda tende a continuar crescendo, já então acompanhada por aumento na oferta (investimentos).

É natural que, na fase de transição, ocorra alguma fricção nos preços. Em alguns setores os investimentos necessitam maior tempo de maturação que provocam aumentos localizados nos preços. A administração deste período deve ser efetivada com, no mínimo, bom senso, eis que, em havendo sinais de que haverá continuidade no crescimento, haverá antecipação da oferta para atendimento da nova demanda, naquilo que Keynes definiu como *animal spirit*. Com isso se ingressa no chamado *ciclo virtuoso*, com queda na vulnerabilidade externa (superávits comerciais) e na interna, com a queda da relação dívida-PIB (aumento do PIB).

Como age o atual Banco Central? Não tendo nenhum compromisso que esteja além do cumprimento de uma *meta de inflação* estabelecida arbitrariamente, ao se iniciarem as primeiras fricções de preços, aumenta violentamente os juros.

Esta decisão corta o consumo pela ponta da demanda interna, encarece os financiamentos e, da externa, aprecia o câmbio.

Abortada a perspectiva de crescimento da demanda, o setor produtivo volta atrás em sua decisão de investir. Inicia-se o processo de emperramento das engrenagens antes descritas, setor por setor, eliminando a possibilidade de um salto para um novo patamar de produção.

O modelo adotado administra os inevitáveis *trade-offs*, unicamente pelos ditames dos integrantes do Banco Central e, subsidiariamente, por membros do Ministério da Fazenda, *entidades* com intenso perfil ortodoxo, que recruta seus próceres no setor beneficiado. Talvez esse *modus* de administrar seja aquilo ao que Stiglitz se referiu com sendo [...] *ou coisa pior*.

Como contraponto, para que seja possível incluir os princípios éticos e analisar a proporção de bem e de mal que a implementação do modelo cause ou potencialmente venha a causar, deveria existir uma espécie de *função-objetivo* nas decisões de política econômica. A citada função ocuparia uma posição entre os *objetivos* e os *instrumentos* mencionados no *caput* deste item, determinada por escalões políticos e levando em conta o setor real da economia. Nessa instância deveriam ser conferidos pesos para cada variável, impedindo a decisão *imperial* hoje centralizada no Banco Central, no arbitramento dos naturais impasses decorrentes dos *trade-offs* existentes.

Sem um *arranjo* deste tipo, os resultados verificados neste período, tendem a perpetuar-se no cenário econômico de médio e longo prazos. Com isso, conforme dados do IBGE (2005) e atentando para a figura 14 beneficia-se 3% das famílias em detrimento do todo social.

Não parece crível que a ciência econômica, enquanto uma ciência social,

chancele a aplicação deste modelo de condução da política econômica. Para a reversão de tal quadro, um caminho provável é o indicado por Sen (1973), qual seja a reaproximação da economia com a ética. Para tanto, ao incorporar os princípios da benevolência e justiça distributiva desenvolvidos neste estudo, incorporando-os aos modelos em implementação no país, por intermédio da *função-objetivo* antes mencionada, poder-se-ia melhor equalizar a quantidade de bem e de mal em patamares diversos dos hoje existentes.

Para tanto, a incorporação de variáveis qualitativas, representativas dos princípios éticos antes mencionados, nos modelos econômicos existentes, podem qualificar os arbitramentos dos *trade-offs* que, nos tempos contemporâneos, apenas se direcionam à manutenção dos rendimentos dos rentistas. Além do mais, a autoridade monetária deve assumir responsabilidades com metas de busca do pleno emprego, nos mesmos moldes que os estabelecidos para os índices de inflação. Os resultados dessa tentativa de ajustamento fiscal, sob a égide deste modelo econômico adotado por *sugestão* dos organismos multilaterais antes nominados, serão analisados no item em seqüência.

4.3.2 Os resultados do Ajuste Fiscal

Existe uma convergência entre os economistas de todos os matizes de que juros, câmbio e déficit público sejam variáveis interdependentes que resultam num todo. Em que pese esse consenso, aqueles que estão em uma espécie de novo-desenvolvimentismo e os ortodoxos convencionais que atualmente dirigem o Banco Central e os organismos internacionais multilaterais, alimentam uma clara divergência.

Para os ortodoxos, todos os problemas econômicos se resolvem na esfera fiscal. Caso o governo consiga um ajuste consistente, a taxa de juros cairá e o câmbio deve voltar a ser competitivo. Para os *novos-desenvolvimentistas*, muito embora o ajuste fiscal seja alvo de absoluta prioridade numa estratégia de superação da *armadilha* de juro alto e cambio baixo, as duas precificações macroeconômicas podem e devem ser administradas de forma independente, já que esta administração é componente fundamental daquela estratégia.

Verifica-se, nas duas posições, uma clara diferença teórica. Os ortodoxos, defensores dos interesses dos países ricos em relação aos países emergentes sendo, inclusive, quase todos, lá *treinados*, estão impregnados pelos princípios neoclássicos. Para estes o mercado tudo ajusta de forma quase que automática. Os preços, principalmente, são para eles sempre determinados pelo mercado. Dessa forma, são endógenos. Este credo vale também para a taxa de câmbio real, sobre a qual repetem *ad nauseam*, que os governos, por intermédio da política econômica não têm como influenciar. Vale também para a taxa de juros de curto prazo. Sobre a taxa de juros eles tergiversam, de vez que este pensamento encerra uma contradição evidente: já que a principal *arma* do Banco Central é a administração da taxa de juros no curto prazo, como ela não poderá ser administrada?

O comportamento dos ortodoxos, porém, não deixa qualquer sombra de dúvida em considerar esta taxa inadministrável. Invariavelmente, esquecem a diferença de taxas de juros de longo prazo (efetivamente determinada pelo mercado) e da taxa de curto prazo (administrada pelo Banco Central). Dessa forma, insistem na afirmação de que a taxa de juros se tornará mais *civilizada* no momento em que se efetivar o ajuste fiscal.

Assim sendo, enquanto o ajuste fiscal não se completa, a taxa de juros de

curto prazo ficará no patamar *estratosférico*, em relação às praticadas no resto do mundo, como ocorreu no Brasil em todo o período aqui analisado e tendendo a se perpetuar *ad infinitum*.

Os economistas novo-desenvolvimentistas professam uma teoria macroeconômica de bases keynesianas. Em face disso, acreditam que tanto a taxa de câmbio, como a taxa de juros de curto prazo, possam ser administradas. Não deixam, entretanto, de considerar as condicionantes do mercado e institucionais que reputam como relevantes. A administração deve ser feita, no entanto, de forma livre, com o intuito de buscar a superação da *armadilha* dos juros altos que está sendo imposta à economia brasileira, principalmente a partir de 1995.

A estratégia proposta pelos novo-desenvolvimentistas com o intuito de baixar os juros, contempla um forte ajuste fiscal, baixa da taxa de juros de curto prazo e administração da taxa de câmbio para adequá-la a um nível competitivo. O próprio movimento da baixa na taxa de juros de curto prazo tende a levar ao aumento na taxa de câmbio.

Decorre daí a insistência de que os problemas enfrentados pela economia têm raízes mais profundas e exigem um novo regime de política econômica, com uma coordenação mais efetiva das políticas monetária, fiscal e cambial. Tal procedimento contempla uma intervenção ativa no mercado de câmbio, controle de capitais, baixa da taxa de juros reais, processamento novo de orçamentação e austeridade fiscal efetiva.

Os resultados inconsistentes já demonstrados no item 4.2 corroboram esta posição. A mudança do modelo adotado já implicaria em reavaliação no arbitramento dos *trade-offs* antes mencionados e incorporaria ao novo modelo os princípios éticos elencados anteriormente.

A forma como está sendo desenvolvido o ajuste fiscal, já há mais de dez anos sem resultados expressivos, a não ser a manutenção da dramática transferência de renda para o setor financeiro, revela-se em autêntica armadilha, conforme demonstra a evolução das curvas do superávit primário e da dívida pública, na figura 16.

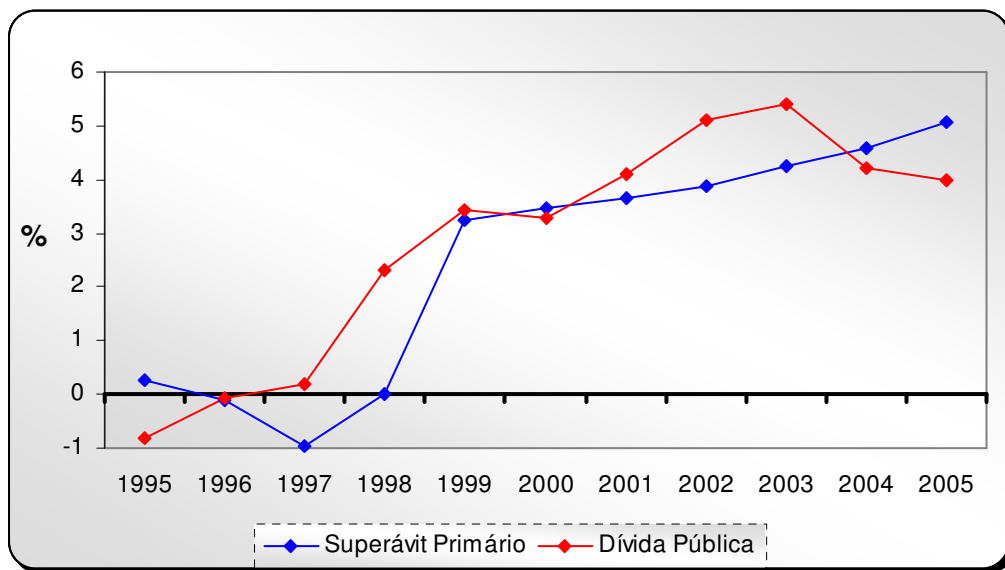


Figura 16 - Superávit Primário e Dívida Pública (% PIB) do Brasil no período 1995 – 2005.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2006.

Com o conceito de sustentabilidade da política fiscal antes referido, a manutenção de um endividamento constante em proporção do PIB, perpetua a perversa transferência da riqueza. A simples evolução das duas curvas na figura supra, representa, à sociedade, a armadilha sustentada pela atual política econômica. Os formuladores de plantão ao longo do período apresentam este resultado como um dos *fundamentos sólidos* da economia.

Esta brutal transferência de renda que protege a *comunidade rentista* em detrimento do restante da sociedade, se constitui em distribuição desigual na quantidade de bem e mal, no que diz respeito aos resultados da produção da

riqueza de forma direta. Indiretamente, a desigualdade na distribuição do bem e do mal, pode ser aferida pelo comportamento dos investimentos do estado, conforme se verifica na figura 17.

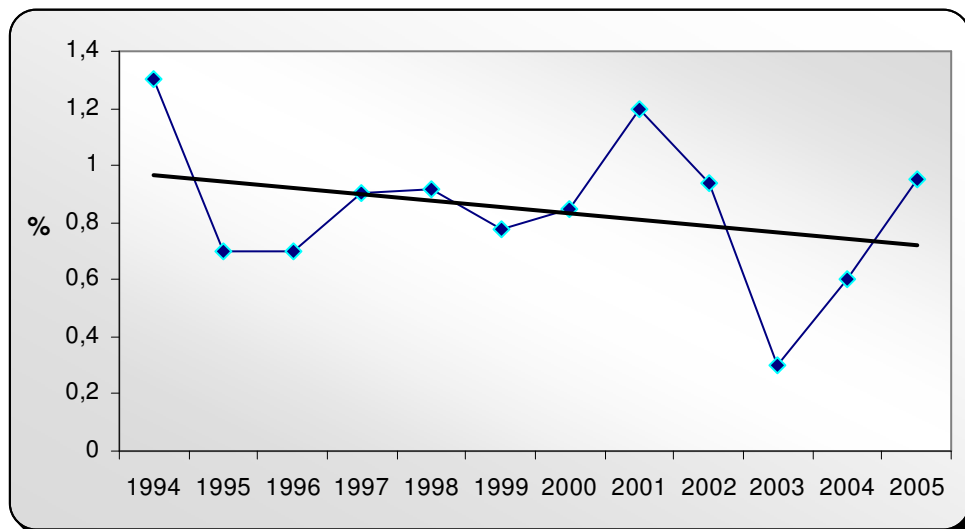


Figura 17- Investimento Público da União do Brasil no período 1994 - 2005 (% PIB).

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2006.

A tendência declinante desenvolvida no período (figura 16) e o baixo percentual em relação ao PIB, 0,95% em 2005 (tabela 3), em contraste com o serviço da dívida, 8,4% do PIB conforme Banco Central (2006), por si só comprovam a discrepância distributiva.

A tabela 3 informa os percentuais em relação ao PIB referentes ao investimento público no período em tela.

Tabela 3 – Investimento público da União (%PIB) do Brasil no período 1994 – 2005.

Ano	% PIB
1994	1,3
1995	0,7
1996	0,7
1997	0,9
1998	0,92
1999	0,78
2000	0,85
2001	1,2
2002	0,94
2003	0,3
2004	0,6
2005	0,95

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2006.

Verifica-se que, além de um percentual reduzido dos investimentos da união relativamente ao PIB, mesmo se analisada por períodos de governo, onde ocorreram pseudos modificações de orientação política, chancela-se a continuidade do modelo adotado, conforme demonstrado pela figura 18.

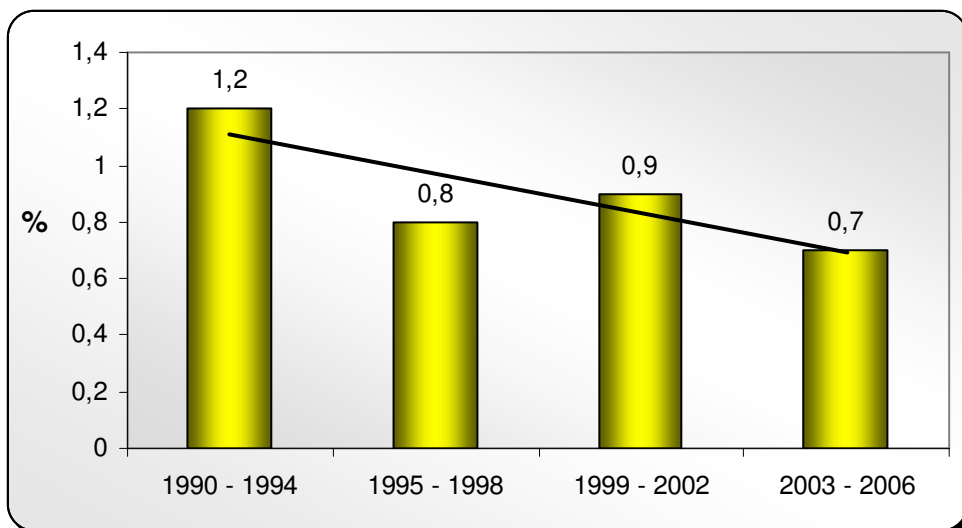


Figura 18 - Investimento da União por Períodos de Governo (% PIB) do Brasil dos anos 1990 a 2006.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2006.

Os quatro períodos constantes do gráfico supra, indicam mandatos de

governos diversos. Fica evidenciado que, sejam quais forem os credos ideológicos que os períodos de governo representem, os resultados estão a indicar a tendência do Estado minimalista.

Fica claro e evidente que não se cogita, neste item em especial, nenhum princípio de benevolência ou justiça distributiva que levem a uma preocupação com a quantidade de bem e mal causados à sociedade. Desnecessário se torna a apresentação de números comprobatórios ou comparativos, já que a totalidade da população, inclusive a minoria rentista, estão a prejudicar-se com a falta de investimentos públicos.

A própria taxa global de investimento na economia, dado esse ambiente perverso, não apresenta sinais de recuperação, conforme figura 19.

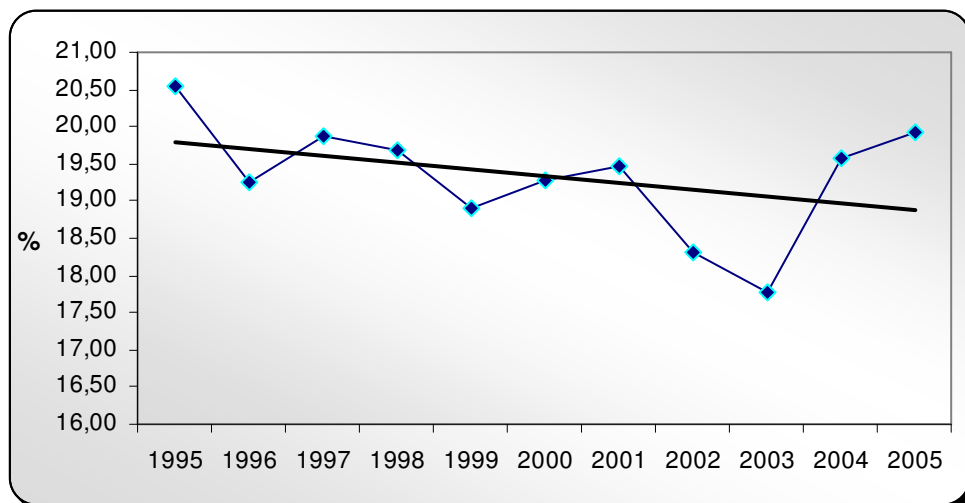


Figura 19 – Taxa de investimento Brasil – preços correntes (% PIB) no período 1995 – 2005.

Fonte: Ipeadata, 2006.

O comportamento da taxa de investimentos, além de apresentar tendência declinante, repete o movimento de *stop and go* verificado na figura 13 antes apresentada, com relação ao crescimento do PIB. Este movimento é dado em patamares baixos de crescimento econômico, relativamente a um grupo de países

classificados como emergentes.

Em não se verificado aumentos na taxa de investimento da economia, fica impossível uma retomada do crescimento econômico, com a conseqüente estagnação do desenvolvimento do país, conforme será demonstrado no item que segue, por meio de algumas variáveis selecionadas para este desiderato.

4.3.3 Análise de variáveis selecionadas

Os resultados do ajuste fiscal, implementado sob a égide de um modelo econômico com base no fundamentalismo do mercado, resultaram em um período de estagnação para a economia nacional. A sustentação teórica do modelo é dada pela ortodoxia econômica, disseminada pelos organismos multilaterais a partir do Consenso de Washington e livremente aceita pelas elites dirigentes brasileiras. A aceitação das elites dirigentes está perfeitamente legitimada pela sociedade, em razão do país estar vivendo num regime de estado democrático de direito.

Como já foi amplamente demonstrado, o atual modelo econômico corrobora as assertivas de Sen (1973), no que tange ao afastamento da economia dos princípios éticos que deveriam integrar os receituários econômicos adotados.

Neste estudo, procurou-se identificar, dentro dos princípios éticos, àqueles que melhor pudessem ser incorporados à ciência econômica, com o intuito de enriquecê-la, com vistas à solução dos problemas atinentes a melhor maneira de orientar a ação do homem na produção e distribuição da riqueza, enquanto ser socialmente incluso.

Como resultado, elegeram-se os princípios da benevolência e da justiça distributiva, com o objetivo de mensurar a quantidade de bem e de mal que se

pretenda distribuir ao conjunto social, tendo como foco o interesse coletivo.

A constatação de que tais princípios, ou outros quaisquer, não estão sendo considerados no atual modelo vigente, pode ser refletido em algumas variáveis selecionadas.

A primeira variável a ser destacada é o Rendimento Médio Real do Trabalho, referente a pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade na economia brasileira. A figura 20 que segue, apresenta o comportamento dessa variável no período indicado.

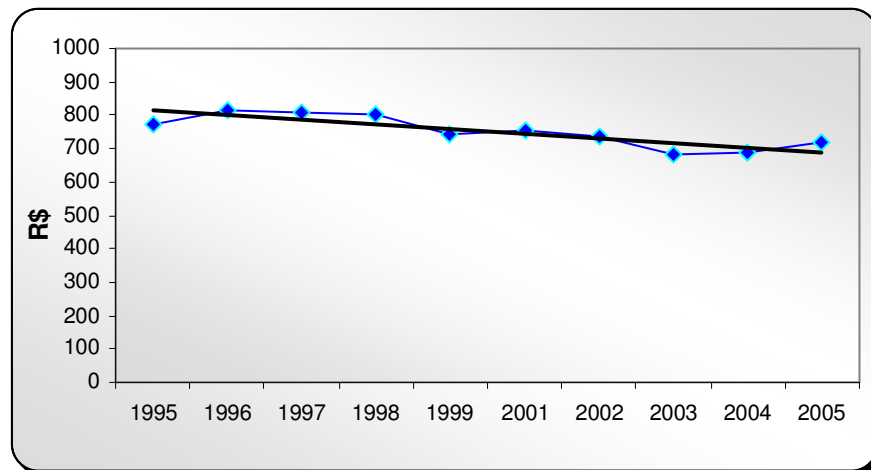


Figura 20 – Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade no Brasil – período 1995 – 2005.
Fonte: IBGE, 2006.

A análise dos dados da figura 20 é por si só elucidativa, indicando uma estagnação com tendência declinante. Avaliada relativamente ao crescimento do PIB no período (26,4%), evidencia-se uma queda expressiva dos rendimentos do trabalho na participação do produto, mesmo que o crescimento do PIB esteja em níveis baixos, relativamente às economias congêneres. Trata-se de um indicativo de involução que representa queda no padrão de vida dos trabalhadores. Este resultado contrasta com o aumento exponencial no rendimento dos rentistas, conforme está demonstrado na figura 14. Caracteriza-se, assim, uma transferência

líquida de renda entre os mais pobres, beneficiando os mais ricos. Este resultado demonstra um padrão regressivo na distribuição da renda nacional patrocinado pelo modelo vigente.

Para a seleção da outra variável a ser analisada, foi levado em consideração a taxa declinante dos investimentos da União, antes demonstrada pela figura 18. O processo de ajustamento fiscal implementado resultou em compressão nos investimentos da União, que atingiu todos os setores indiscriminadamente.

Tendo em vista a relevância dos investimentos em educação, admitida por todas as correntes do pensamento econômico e, por seu impacto direto no desempenho geral da economia, verifica-se, na tabela 4 que segue, os seguintes dados de comportamento no período.

Tabela 4 - Gasto Público Total com Educação (% PIB) no Brasil no período 1995 – 2005.

Ano	Percentuais Totais
1995	3,9
1996	3,8
1997	3,8
1998	4,2
1999	4,3
2000	4,1
2001	4,2
2002	4,4
2003	4,1
2004	4,2
2005	4,3

Fonte: Inep, 2006.

A análise da tabela 4, revela que houve uma evolução de 0,4 pontos percentuais no investimento em educação no Brasil, no decorrer do período estudado neste trabalho. Comparando com o aumento populacional do mesmo período, medido pelo IBGE (2005) de 15,93%, infere-se ser o investimento público

em educação, insuficiente para o atendimento da demanda vegetativa ocorrente.

Como primeira consequência, a tabela 5 que segue, informa a evolução do número de matrículas no ensino fundamental.

Tabela 5 – Total de matrículas no ensino fundamental no Brasil – período 1999 a 2005.

Ano	Matrícula - Total
1999	36.059.742
2000	35.717.948
2001	35.298.089
2002	35.150.362
2003	34.438.749
2004	34.012.434
2005	33.534.561

Fonte: Inep, 2006.

A tabela 5 demonstra a queda de 7% sobre o número de matrículas existentes em 1999, no que diz respeito ao total verificado em 2005, em que pese o aumento contínuo do total da população. A insuficiência do gasto público com educação resultou, conforme estudo do Banco Mundial (2006), nos seguintes resultados comparativos com países selecionados classificados como *emergentes*, a exemplo do Brasil.

Tabela 6 – Taxa de analfabetismo – países selecionados, ano 2005.

Taxa de analfabetismo (população com 15 anos ou mais)			
Brasil	China	México	Rússia
13%	9%	8%	0,50%

Fonte: Banco Mundial, 2006.

O índice de 13% de analfabetismo medido no ano de 2005, se revela acima dos países selecionados, sendo que o primeiro colocado no *ranking* mundial é o Canadá com índice zero.

Tabela 7 – Média de anos de escolaridade da população – países selecionados, ano 2005.

Média de anos na escolaridade da população			
Brasil	China	México	Rússia
5 anos	6 anos	7 anos	10 anos

Fonte: Banco Mundial, 2006.

Repetindo a colocação, o Brasil continua como o último colocado na comparação, sendo que o melhor classificado, neste item, é os Estados Unidos com média de 12 anos de escolaridade.

A tabela 8 que segue, representa o impacto dos resultados demonstrados nas duas tabelas precedentes, na formação da mão-de-obra brasileira, comparativamente aos países selecionados.

Tabela 8 - Participação da mão-de-obra especializada na força de trabalho (técnicos e profissionais com curso superior) – países selecionados, ano 2005.

Participação da mão-de-obra especializada na força de trabalho			
Brasil	China	México	Rússia
9%	Não declara	14%	31%

Fonte: Banco Mundial, 2006.

O baixo índice de técnicos e profissionais com formação superior na força de trabalho, mesmo comparado somente ao México, principal competidor brasileiro na órbita da América Latina, impacta o padrão da produção nacional, que pode ser avaliado pela figura 21, representativa dos valores médios importados e exportados pelo Brasil.

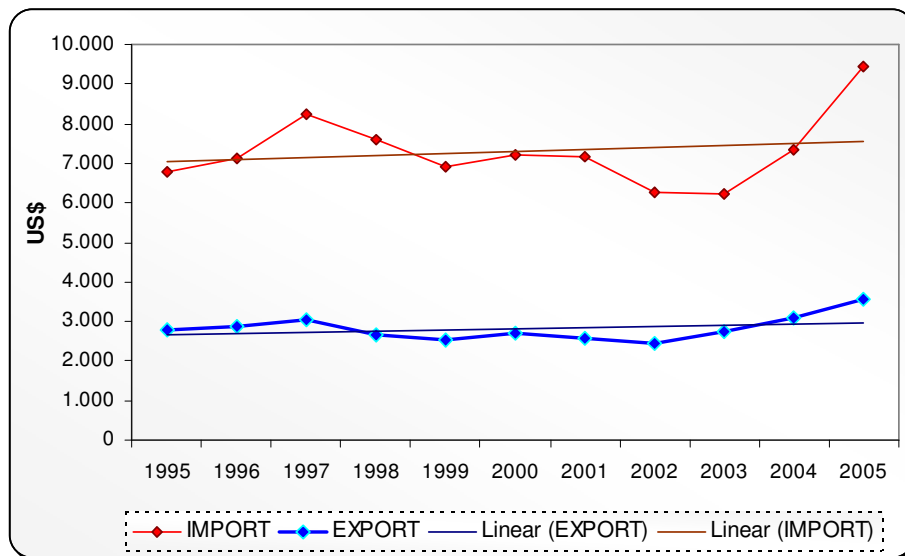


Figura 21 - Valor médio (em dólares americanos) por tonelada importada e exportada pelo Brasil no período 1995-2005.

Fonte: Anuário Estatístico 2006 (Ministério do Desenvolvimento).

A figura supra, informa as médias dos valores exportados e importados, representando o baixo valor agregado dos produtos exportados pelo país, em relação à média das importações. Trata-se de um indicativo de que o valor de conhecimento agregado às exportações é inferior às importações.

Com esse padrão de produção, o país conserva a posição de dependência externa de conhecimento, o que prejudica o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico sempre teve como mola propulsora o conhecimento. Nas últimas décadas, com o uso intensivo do conhecimento nas atividades econômicas, a sua centralidade passou a ser admitida por todas as ciências que se interessam pelo tema. Vislumbra-se, nesta nova sociedade intensiva em conhecimento em seu setor produtivo, a possibilidade de que pessoas, unidades de produção e países, possam vir a redefinir os seus papéis com o intuito de se adaptarem às novas regras do jogo na sociedade global. Desta forma, existe, concretamente, uma oportunidade de *re-equilibrar o jogo* ou, até mesmo virá-lo.

Se, por um lado, poder-se-á buscar uma inserção qualificada com o advento

da sociedade do conhecimento, corre-se o risco de ver aprofundado o fosso que separa os mais ricos dos mais pobres, caso seja aceita, de forma passiva, a condição atual de país importador de bens intensivos em conhecimento e exportador de produtos com baixo valor agregado e intensivos nos fatores tradicionais de produção, com pouca agregação de conhecimento. A figura 21, antes apresentada, indica que o valor médio por tonelada importada e exportada pelo Brasil é desfavorável no que diz respeito à agregação do fator conhecimento.

Surge, incontestavelmente, uma indagação à sociedade brasileira: a inserção nesta nova sociedade continuará sendo de mero coadjuvante-dependente, ou se deve reagir à opinião corrente de que a economia brasileira seria incapaz de competir nos setores mais dinâmicos e de maior valor agregado?

A divisão internacional da riqueza estará diretamente ligada à resposta que será buscada para esta indagação. Paul Strassman (2000), indica que a concentração da riqueza e do poder é cada vez maior nas organizações e países cujo ativo principal se apóia no conhecimento. No relato do autor, exemplificando, ele aponta que somente seis países (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália), que juntos possuem apenas 11% da população mundial, geraram 62% do PIB mundial, estimado em U\$ 29 trilhões em 1998. Deste valor, os EUA detinham 27% e os outros cinco países mencionados detinham 35%.

Strassman comenta, ainda, que as 19.691 empresas listadas em bolsa em todo o mundo faturaram U\$ 24 trilhões em 1998 (83% do PIB mundial). Destas, quase a metade é formada por empresas americanas (49%) e 30% pertencem aos outros cinco países mencionados. O capital de conhecimento detido por estas 19.691 empresas foi de U\$ 12 trilhões (metade do faturamento destas empresas) em 1998, com curva ascendente. As empresas americanas respondem por 57% deste

total e as dos outros países 12%. Vale dizer, 70% do capital de conhecimento está concentrado nestes seis países.

Em face do exposto, parece se desenhar que: os países em desenvolvimento, como o Brasil, concentrariam suas atividades na industrialização tradicional, enquanto os países ricos dominariam a economia do conhecimento. Em ocorrendo esta hipótese, teremos um aumento, exponencial, do fosso que divide os dois mundos, com o conseqüente aumento da dependência de um em relação ao outro.

Ora, esta constatação empírica consagra a assertiva de Furtado (2000) em seu clássico “Formação Econômica do Brasil”, para quem o dilema das nações não se instalava na relação Estado e sociedade, mas sim nas suas relações de autonomia ou dependência externa. Pouco importava o dilema liberal de mais ou menos Estado. O que interessava era a capacidade da sociedade planejar o seu desenvolvimento com o mínimo possível de dependência externa.

Para que seja invertida esta lógica, necessário se torna um direcionamento dos investimentos do Estado para a área da educação. Ocorre, porém, que o modelo de política econômica adotado, resulta num processo de ajustamento fiscal via compressão dos investimentos do Estado (figura 17) e transferência sistemática da renda para o setor financeiro estéril (figura 14).

Além do mais, juntamente com a diminuição do número de matrículas demonstrado na tabela 5, verifica-se a necessidade de qualificação no investimento em educação. A tabela 9 a seguir informa os dados brasileiros, comparativos com o mesmo grupo de países, no que diz respeito ao aproveitamento escolar no ensino fundamental.

Tabela 9 – Repetência no ensino fundamental – países selecionados, ano 2005.

Repetência no ensino fundamental			
Brasil	China	México	Rússia
21%	0,30%	5%	0,80%

Fonte: Banco Mundial, 2006.

A análise dos índices da tabela precedente, indicando 21% de repetência no ensino fundamental brasileiro, corrobora o indicativo de necessidade de investimentos em qualidade no ensino ministrado. A mesma fonte de dados informa que o melhor desempenho mundial neste quesito é detido pela Coréia do Sul, com 0,2% de repetência no seu ensino fundamental.

A baixa qualidade no ensino fundamental repercute em outro indicador que está representado pela tabela 10.

Tabela 10 – Qualidade do ensino de ciências e matemática – países selecionados, ano 2005.

Qualidade do ensino de ciências e matemática (em uma escala de 1 a 7 pontos)			
Brasil	China	México	Rússia
2,9	4,2	3	5,1

Fonte: Banco Mundial, 2006.

A avaliação procedida pelo Banco Mundial, indicada na tabela anterior, traz, mais uma vez, a Coréia do Sul como líder mundial e representa uma desvantagem comparativa do Brasil com os países selecionados.

Em decorrência destes dados, comparativamente com a Coréia do Sul, o Brasil se coloca em desvantagem na produção de conhecimento, conforme é possível observar pela figura 22.

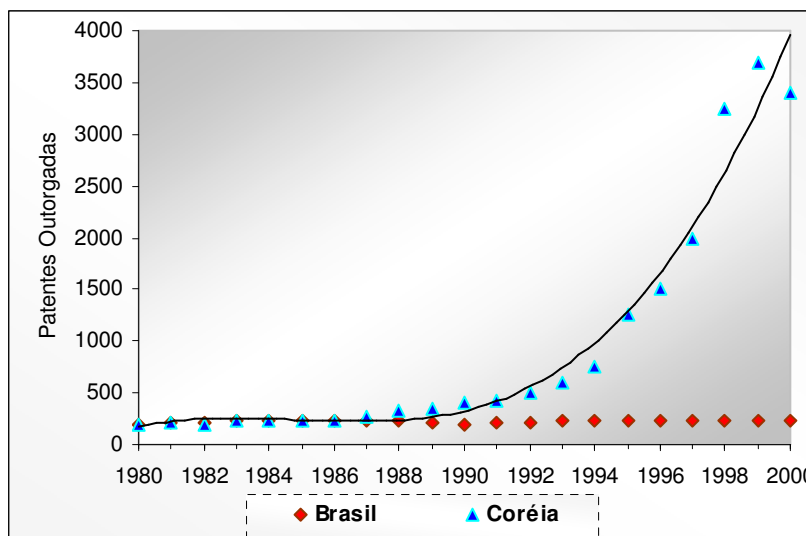


Figura 22 - Patentes Outorgadas nos Estados Unidos: Brasil e Coreia período 1980-2000.

Fonte: U.S. Patent and Trademark Office, 2001.

O exame da figura 22 demonstra o distanciamento da produção de conhecimento que resulta em tecnologia entre os dois países. Enquanto a Coreia do Sul apresentou um crescimento médio de 26% a.a., o Brasil conseguiu uma média de 3 novas patentes por ano, no período retratado. Esse desempenho impede a maior agregação de conhecimento à produção nacional, adiando a entrada do país no grupo de países que hoje lideram a economia do conhecimento, conforme descrito anteriormente.

O modelo econômico vigente, não só no Brasil como em todo o planeta, contempla como necessário o crescimento econômico para a geração de desenvolvimento social. Em face disso, se deve analisar o crescimento do PIB neste período estudado. A figura 23 que segue, apresenta o desempenho dessa variável no período indicado.

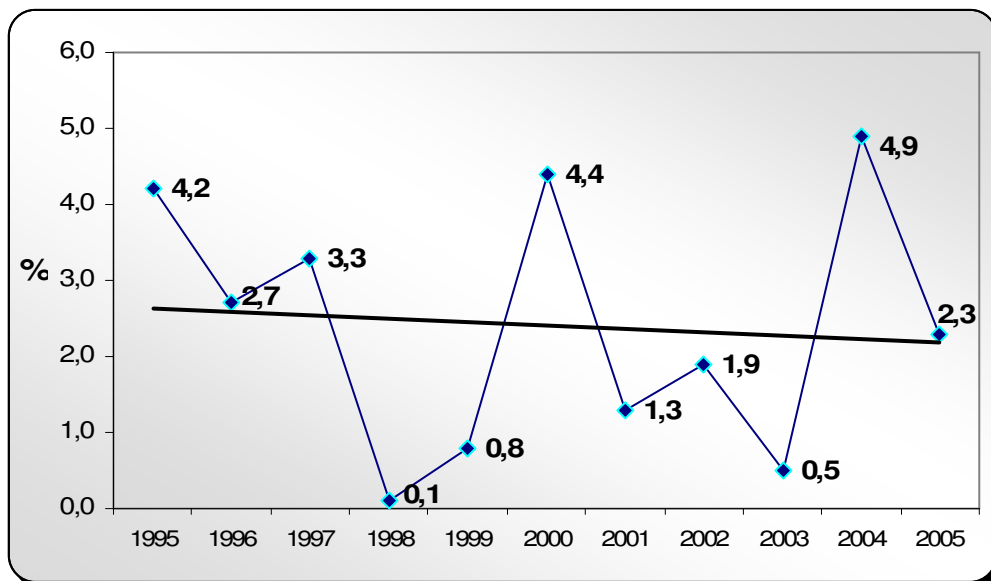


Figura 23 - Taxas Médias anuais de crescimento do PIB Brasil (%), no período 1995 - 2005.
Fonte: IBGE, 2006.

Conforme a figura supra, verifica-se o comportamento já anteriormente mencionado de *stop and go* no crescimento do produto nacional. Em comparação com os demais países denominados como *emergentes*, o patamar médio de crescimento ocupa a última posição no grupo. De acordo com o que está explicitado na figura 13 anterior, a média brasileira no período atingiu 2,17% a.a., enquanto os demais países do grupo ostentam uma média de 5,34% no desempenho da variável crescimento do PIB. Vale dizer, o crescimento médio do PIB brasileiro no período é menor que a metade do registrado por seus congêneres. Além da discrepância nos resultados, está dada a condição de insuficiência de sustentabilidade no desempenho da variável.

Ex positis, o estudo desenvolvido neste item, está a indicar a inconsistência do modelo adotado e o fracasso na tentativa de ajustamento fiscal. Como conseqüência, os resultados alcançados no desenvolvimento econômico do país, em que pese os sacrifícios impostos à sociedade, aqui representados pela depressão na renda do trabalho, baixos níveis de crescimento do PIB e insuficiente

alocação de recursos para a educação, ficaram muito aquém dos conseguidos, em igual período, pelos países congêneres do Brasil.

Contrastando com estes resultados, as variáveis financeiras apresentaram um *ciclo virtuoso* em igual período. Dito de outra forma, enquanto o modelo contempla um *arrocho* no setor real da sociedade, distribui as benesses à minoria rentista.

Resta inteiramente comprovada a necessidade antes mencionada de: i - modificar as formulações dentro do modelo ou, ii – modificar o modelo adotado.

Tanto na primeira hipótese (i), quanto na segunda (ii), existe a necessidade de incorporação dos princípios éticos de benevolência e justiça distributiva. Em ambos os casos este procedimento pode se dar por intermédio da *função objetivo* já mencionada.

No primeiro caso (i), a *função objetivo*, com fulcro na quantificação de bem e de mal causados pela implementação das formulações econômicas, buscaria nos princípios éticos já elencados, a mediação dos interesses representados pelos eventuais *trade offs* existentes.

Na segunda hipótese (ii), a construção de um novo modelo econômico já incorporaria nos seus fundamentos os princípios éticos definidos como desejáveis.

Em ambos os casos, deve haver a devida *reserva* ao método científico como sendo a única vertente para a incorporação de conhecimento à disciplina da economia, pelas razões já discutidas neste trabalho no item 3.3. Esse posicionamento pode resultar numa convergência entre os adeptos da *hard science* e da *soft science*, o que poderia contribuir para o enriquecimento do debate econômico, com vistas ao que Sen (1983) denominou como a [...] *motivação humana para a realização social*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o final do século XX e neste início do século XXI, os movimentos da sociedade estão se caracterizando por intensas inquietações. O aprofundamento do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres está aumentando, não só nos países pobres, mas também entre os países caracterizados como desenvolvidos, e, mais nitidamente entre os emergentes. Vale dizer que a desigualdade está recrudescendo.

Em face dessa realidade, as sociedades, independente de seus diferentes estágios de desenvolvimento econômico, tendem a promover mudanças no rumo das suas conduções políticas que, aparentemente, deveriam indicar um novo rumo para os tempos futuros.

Desiludidos com orientações políticas à direita, na primeira oportunidade em que são chamadas a opinar, via de regra por eleições democráticas, os povos chancelam propostas que se apresentem progressistas, situadas à esquerda no espectro político. Passado algum tempo, em não se concretizando as mudanças esperadas, voltam a chancelar propostas identificadas com o campo político anterior, na esperança de que agora ela venha de encontro aos seus anseios.

Este autêntico movimento de sístole e diástole que está a caracterizar o mundo contemporâneo, ocorre em função da não existência de um corpo teórico que sustente a mudança para um novo mundo que se vislumbra, com base nos fenômenos da nova e imensa onda de globalização, avanços tecnológicos e da economia do conhecimento, que modificaram as relações da humanidade no que tange à produção da riqueza.

Em não existindo este novo corpo teórico que sustente as mudanças reclamadas, a sociedade oscila entre a esperança e a desilusão. Na raiz desta instabilidade no comportamento social, encontra-se o insipiente comportamento do debate econômico, que está reduzido a uma *verdade única* ditada pela hegemonia dos fundamentos do mercado, sob patrocínio do capital financeiro. Um exemplo pode ser invocado com os acontecimentos contemporâneos da América Latina.

As propostas derivadas do *Washington Consensus*, firmemente implantadas na região durante a década de 1990, sob a supervisão do FMI e Banco Mundial, não obtiveram o êxito anunciado e os resultados foram estagnação, exclusão social e disseminação da pobreza. Como resposta, as nações tendem ao rompimento com o modelo perverso imposto, aclamando novas propostas antagônicas que, na verdade, representam uma volta a tempos que já não mais têm correspondência com a realidade do mundo atual.

No Brasil não tem sido diferente o comportamento da nação. Desiludidos com os resultados conseguidos na década antes mencionada, o povo ratificou uma proposta que se apresentava com nova, eivada de esperança por melhores condições para a sociedade. A *nova ordem* (2003), em não tendo construído uma proposta alternativa viável, tratou de adotar uma *agenda perdida*, habilmente *plantada* pelos gestores anteriores e, como consequência, deu seguimento a um programa que contemplava *mais do mesmo*.

O presente trabalho está concluindo que o debate econômico nacional não pode ser fundamentado, unicamente, na crítica à gestão do modelo, como está sendo insinuado pelos críticos de *última hora*, que começam a aparecer diante dos resultados auferidos. Antes disso, está a corroborar uma crítica ao *regime* de política econômica, isto é, o conjunto de regras, metas e instrumentos de que se vale o

governo para intervir na economia.

Enquanto os críticos recentes, motivados por desapontadoras taxas de crescimento no período que encerra este estudo, se voltam para o *problema da gestão*, este estudo opta por colocar no centro do debate a crítica ao *problema do regime*.

É o modelo econômico adotado que prendeu o Brasil numa *armadilha perversa* que fez com que o país crescesse mediocrementemente, em relação aos seus parceiros naturais e, até mesmo, diante dos seus vizinhos regionais, apesar do cenário externo auspicioso de crescimento mundial e ausência de crises internacionais.

A competência ou incompetência dos gestores é um acidente na história das nações. As evidências empíricas, tirantes as variáveis financeiras protetoras do capital financeiro estéril, indicam que a estratégia, o regime escolhido, são insatisfatórios em relação ao setor real da economia e a sociedade.

Em decorrência, o país apresenta resultados medíocres relativamente ao resto do mundo. Medido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o país ostenta o 63º lugar, muito aquém do que seria esperado diante do tamanho da sua economia, classificada como a 14ª do planeta, medida pelo PIB. Pela óptica da *Distribuição da Renda*, o resultado vai ao ponto do vexame: 125º lugar entre 129 países avaliados. Pelo lado da economia real, o índice que mede o *Ambiente de Negócios*, coloca o Brasil em 119º no *ranking* mundial. As avaliações citadas foram procedidas pelo Banco Mundial e constam do seu relatório de 2005.

Sob a óptica social, o próprio Banco Mundial, em estudo do mesmo ano, tendo como tema a desigualdade, coloca o Brasil numa relação de nações pouco recomendáveis, onde está caracterizado aquilo que o organismo define como

inequality trap. A expressão inglesa traduzida para o idioma de Camões significa *armadilha da desigualdade*. Para o Banco Mundial, a *armadilha* ocorre quando “[...] a elite econômica e política se perpetua no poder, criando mecanismos financeiros e legislativos para manter o comando e obter vantagens [...]”.

A conclusão contida no relatório daquele organismo multilateral, parece ter sido *encomendada* para incorporação neste estudo.

Apesar dessa avaliação, internamente, os formuladores brasileiros, continuam afirmando, *a la Göebbels*, que os *fundamentos macroeconômicos* são os melhores dos últimos cinquenta anos. Por evidente, verifica-se que a alimentação de uma crença depende de intensa repetição e zero de reflexão. Na verdade, trata-se de um fenômeno que os romanos definiam como *fictio est falsitas pro veritate accepta*³⁶.

Dado que o *mainstream* está a representar os interesses do capital financeiro e sustentam um regime econômico que visa somente garantir os rendimentos dos rentistas, pode-se admitir que os *fundamentos*, inequivocamente, são bons.

O que ocorre, porém, é que a economia brasileira vive, na atualidade, um conflito entre os valores do mundo financeiro e os do chamado mundo real. Quaisquer variáveis financeiras, analisadas à luz dos interesses rentistas, se encontram em trajetória virtuosa. Quando analisadas pelo setor real, tanto pelo capital produtivo quanto pelo trabalho, desde o setor primário até o terciário, o quadro muda radicalmente de cor: passa de rosa para negro.

Ipsa facto, como está verificado neste estudo, os verdadeiros *fundamentos* da equação macroeconômica vigente, estão a distribuir uma quantidade de mal

³⁶ Fictio est falsitas pro veritate accepta, do latim: ficção é a falsidade aceita como verdade.

imensa para um grande contingente de indivíduos. Já a quantidade de bem, está reservada a um número restrito de rentistas, que se beneficiam da sistemática drenagem da riqueza que a chamada *política econômica responsável* lhes concede. A visão de Marx sobre o conflito social entre capital e trabalho está, pois, no início deste novo milênio, transmutada. O que se verifica, contemporaneamente, é que aquele embate social se modificou para um evidente conflito onde, de um lado, está o capital produtivo e o trabalho e, de outro, o capital financeiro estéril. Esta nova configuração está a drenar, ininterruptamente, a *mais valia* para o setor financeiro via intermediação do Estado cooptado.

Evidenciado está que não é possível ser encontrado nenhum dos princípios éticos selecionados pelo presente estudo no modelo de política econômica adotado. Inexiste qualquer resquício de benevolência e, muito menos, de justiça, enquanto tomada pela óptica da distribuição.

Na raiz desta realidade, verifica-se que existe a necessidade de que seja elaborado um corpo teórico que sustente uma transição para um novo modelo de desenvolvimento. Subjacente a estes dilemas que afligem às sociedades neste novo milênio, encontra-se a ciência econômica que, naturalmente, deve ser a ciência que deverá desenvolver este novo corpo teórico que deverá sustentar as mudanças que a realidade está a reclamar.

Para que seja conseguido este objetivo, e levando em consideração os importantes avanços no instrumental matemático e econométrico à disposição da economia, existem os princípios éticos que devem ser retomados pela ciência econômica, com fulcro na benevolência e justiça distributiva e com objeto no interesse coletivo.

Procurando manter uma visão sistêmica da economia brasileira, este estudo

procurou identificar os equívocos ocorridos no interregno do período estudado (1995-2005), tanto no que diz respeito ao modelo adotado, como nas suas estratégias, instrumentos e conseqüências.

Se, por um lado, a abordagem sistêmica impede a *departamentalização* na visão dos problemas, por outro, encerra limitações que a amplitude do *olhar* contém no que diz respeito à profundidade da análise.

Resulta dessa limitação, o surgimento de vários temas de pesquisa que podem ser objeto de novos estudos. Começando por investigações que visem à elaboração de um novo corpo teórico que possa vir a dar sustentação a um modelo econômico que atenda às necessidades da sociedade contemporânea. Essa tarefa se apresenta como *hercúlia*, mas deve ser contemplada, para que se retome o desenvolvimento da teoria econômica, que sofreu uma inflexão histórica à época do colapso do consenso keynesiano-engenharia social.

O aprofundamento nos estudos para incorporação dos princípios éticos às formulações econômicas, com a reaproximação das vertentes *hard science* e *soft science*, se revela instigante enquanto uma proposta de *reforma por dentro* do sistema vigente, se apresenta como um tema natural para estudo futuro.

Para tanto, necessário se torna a eliminação de todo e qualquer dogma ou submissão a quaisquer interesses, por mais impregnados que esses possam estar, religando-se a economia à ética, com base nos princípios aqui estudados, ou outros que venham a ser estabelecidos. Essa reaproximação da economia com a ética, por si só, restauraria a independência da economia enquanto ciência, hoje maculada por amplos setores que operam subservientes ao capital financeiro hegemônico. Dessa forma, tornar-se-á possível iniciar um esforço consistente no rumo da construção de um corpo teórico que sustente uma sociedade igualitária. Essa sociedade futura

deve ser fundamentada num sistema econômico solidário, onde a quantidade de bem e mal seja distribuída de forma equânime, na busca da felicidade das gentes.

BIBLIOGRAFIA

ARIDA, Pécisio. A Bertil Ohlin symposium. In: **History of political economy**. N. 3, v. 10, 1978.

ARISTÓTELES. **Politics**. Tradução inglesa de Barker. Londres: Macmillan, 1958.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução inglesa de Ross. Londres: Macmillan 1949.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2006.

BANCO MUNDIAL. **Dados e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em 23 mar. 2006.

BENTHAM, Jeremy. **Introduction to the principles of moral and legislation**. London: Prattice Hall, 1952.

BLANCHARD, O. et al. The sustainability of fiscal policy: new answers to an old question. **OECD Economic Studies**, 15, 1990.

BRANDT, R. B. **Ethical theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1959.

BUTLER, J. **Five sermons**. New York: Liberal Art Press, 1950.

CAILLÉ, A. **La demission des clerics, la crise des sciences sociales et loubli du politique**. Paris: La Lecouverte, 1993.

DIXIT, A.; STIGLITZ, J. Monopolistic competition and optimum product diversity. **American Economic Review**, 67, p. 297-308, 1977.

DOMAR, E. D. The burden of the debt and national income. **American Economic Review**, 34 , 1944.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. Moderate inflation. **The Word Bank Economic Review**, v. 7, n. 1, p. 44, 1993.

EWING, C. **Ethics**. London: English Universities Press Ltd., 1953.

FEYERABEND, P. **Against method**: outline of an anarchistic theory of knowledge. London: New Left Books, 1975.

FISCHER, Stanley. Why are central banks pursuing long-run price stability? **Federal Reserve Bank of Kansas City**. Symposium Series, 1996.

FRAGA, Armínio. Monetary policy in a transition to a floating exchange rates: remarks on the recent Brazilian experience. **Federal Reserve of Kansas City**. New Changes for Monetary Policy, Jackson Hole Conference, 1999.

FRIEDMAN, Milton. The role of monetary policy. **American Economic Review**, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GARNET, A. C. **The moral nature of man**. New York: Ronald Press Co., 1952.

GEULINCX, Arnold. **Ethik oder uber die kardinaltugenden**. London: MacMillan, 1948.

HORSEFIELD, J. K. **The International Monetary Fund**. Washington, DC: IMF, 1969.

HOSPERS, J. **Human conduct**. New York: Brace and World Inc., 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas nacionais; indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 09 mar. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 02 fev. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sistema de Estatísticas Educacionais EudataBrasil**. Disponível em: <<http://www.eudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em 27 jan. 2006.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em 07 mar. 2006.

KANT, Immanuel. **Foundations of the metaphysic of morals**. New York: The Liberal Arts Press, 1959.

KENNEDY, P. **The rise and fall os the great power**. London: Fontana, 1988.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSON, J. **Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific theories**. Chicago: University of Illinois Press, 1973.

LEIDERMAN, Leonardo. SVENSSON, Lars E. (Org.). **Inflation targets**. London: Centre for Economic Policy Research, 1995.

LERDA, Juan Carlos. **Brasil, Argentina, Uruguai: a integração em debate**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2001.

_____. **The economic and philosophic manuscript of 1884**. London: Lawrence & Wilshat, 1944.

MILL, J. S. **Utilitarianism**. New York: Liberal Art Press, 1950.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Secretaria da Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em 16 mar. 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Anuário Estatístico 2006**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 14 mar. 2006.

NETTO, Antônio Delfim. Sobre as metas inflacionárias. **Economia Aplicada**. São Paulo, 03, 1999.

PEUKERT, Helmut. **Teoria de la ciência y teologia fundamental**. Barcelona: Herder, 2000.

RAPOPORT, A. **Strategy and conscience**. New York: Schocken Books, 1969.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Presença, 1971.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICOEUR, P. **Lê juste 1**. Paris: Éditions Esprit, 1995.

ROBINSON, J. **Economic philosophy**. London: Watts, 1962.

SEN. A. K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Schwarcz, 1988.

_____. **The moral standing of the market**. In Paul, Miller & Paul, 1985.

_____. Consistency. **Text of Presidential Address to the Econometric Society**. *Econometrica*, 1984.

_____. Liberty and social choice. **Journal of Philosophy**, v. 80, 1983.

_____. Utilitarianism and welfarism. **Journal of Philosophy**, v. 76, 1979.

_____. **Choice, orderings and morality**. In: Korner (1974).

_____. **On economic inequality**. New York: Norton, 1973

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). **Pesquisas**. Disponível em: <<http://www.sesi.org.br>>. Acesso em 05 fev. 2006.

SIDGWICK. **The method of ethics**. London: Macmillan, 1974.

SINAI, Allen. **World Financial Market Comments, March 1998**. Disponível em: <<http://www.pdeeco.com>>. Acesso em 26 jan. 2006.

SMITH, Adam. **An inquiry in to the nature and causes of the wealth of nations**. Oxford: Campbell, RH & Skinner, 1980.

STACE, W. T. **The concept of morals**. New York: The Macmillan Company, 1937.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

STRASSMAN, Paul. Global knowledge power further accumulation and consolidation on knowledge is likely to exarcebate global conflicts. **Knowledge Manegement**, v. 3, n. 6, 2000.

TEIXEIRA, Evilásio Borges. **Aventura pós-moderna e sua sombra**. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)